

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

TATIANA BORIN

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO RIO DE JANEIRO:
CONTINUARÁ A CIDADE, MARAVILHOSA?

PORTO ALEGRE
2012

TATIANA BORIN

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO RIO DE JANEIRO:
CONTINUARÁ A CIDADE, MARAVILHOSA?

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso, exigência final para obtenção da titulação de Licenciada em Educação Física na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho.

Porto Alegre

2012

Tatiana Borin

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO RIO DE JANEIRO:
CONTINUARÁ A CIDADE, MARAVILHOSA?

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Conceito Final:

Aprovado em de de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Avaliador – Prof. Dr. Mário Roberto Generosi Brauner

Orientador – Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho àqueles que **sonham** com uma sociedade justa e igualitária, pois quem sonha, **acredita** e somente quem acredita, **vai à luta**.

AGRADECIMENTOS

E chega o fim de mais uma etapa, mas durante este longo caminho percorrido não estive sozinha – e me resta agora agradecer por tudo isso!

A minha família, principalmente mãe, pai e Vini, agradeço o apoio e a “leve pressão” exercida. Cada momento foi primordial para que eu tivesse certeza do meu objetivo e de que vocês estarão sempre comigo.

Aos mestres que tive durante toda minha formação e que me demonstraram que a docência admite inúmeras formas de atuação – basta que escolhamos a que compreendemos ser a melhor (Luciano, Marcos Milan, Marcus Ribeiro, Fozzy, Sérgio Fischer, Andréa, Denizar, Mário, Pepê, Flávio).

Às gurias do Ernesto Dornelles (Aline, Fran, Kaká, Dêssa, Mary) e ao pessoal do Anglo (Bê, Fê, Natê, Jiko, Shaks), meu sincero agradecimento pelas ajudas nos estudos, pelas incontáveis risadas, pela calma e apoio durante o vestibular e pela amizade sincera, mesmo após tanto tempo.

Ao pessoal da barra “família” 2005, obrigada por crescerem comigo. Cada momento sério, de estudo, de relaxamento, de tensão, de êxtase, de companheirismo, de amizade e todos os outros foram primordiais para que me tornasse quem eu sou hoje.

Ao DAEFi e suas intermináveis reuniões, grupos de estudos, madrugadões, semanas acadêmicas, viagens pelo Brasil (sempre com alguma parada inesperada por defeito no ônibus), críticas e autocríticas, planejamento, avaliações, debates, discussões e tantas outras ocasiões que mostraram o quanto é importante lutar pelo que a gente acredita e que podemos, sim, mudar o mundo. Especialmente obrigada ao Pedro, Lari, Luth, Vico, Salsa, Pi, Renatinha e Leyla por tornarem-se meus companheiros e amigos para a vida.

Aos colegas de Esef, por me proporcionarem alívio nos momentos de ansiedade e tensão nas vésperas de cada prova e apresentação de trabalho, construir novas ideias comigo nos trabalhos em grupo e discussões ou, simplesmente, passar um tempo em algum local da faculdade, conversando, jogando truco (ou críquete), fazendo malabares, rindo, distraíndo-se dos problemas. Obrigada em especial ao Mauri, Rodrigo “Quete”, Baiano, Baixinha, Gabe e Ani.

Aos Movimentos Estudantis de Educação Física e de Fisioterapia, por me proporcionarem a chance de conhecer, além de diferentes partes do Brasil, algumas das pessoas mais importantes da minha vida.

Ao Movimento Quem Vem Com Tudo Não Cansa, por me acolher entre os seus, me incentivar a acreditar e lutar por um mundo justo, me apoiar em cada dificuldade, sempre com a posterior comemoração pela vitória obtida.

A todo o pessoal que conheci nas minhas experiências de trabalho, em especial: no Clínicas (Rejane), no CPD (Gush, Chico, Marchi), na Fitwell (Bruno e Fábio Baraldo, Hélio, Cinthia, Tânia, Luciano, Marília, Amaralina, Felipe), na Phisical (Vini, Manu, Fábio, Kuka, Igor, Assílio, Júnior, Jader, Lucas Ries, Thiago, Rafa, Michele), na Adapt (Rodrigo Lavinias, Rodrigo Schlabitz, Fábio Marson, Fabi, os Szalek, Amanda, Emili, Gui Schneider, João, Lisi, Samuel, Paulo, Wanessa) e no SESI (Fátima, Aline, Daiane, Jucélia, Juciléia, Juliana), agradeço, sinceramente, a confiança depositada em mim e no meu trabalho. Muito obrigada também pelas inúmeras dicas, apoio, conversas, risadas, incentivo e carinho que cada um de vocês me proporcionou.

Aos incansáveis: Gabriel Marques, Vivian Dutra e Bruno Gawryszewski, pelas tantas correções, leituras e dicas para que este TCC fosse concluído.

Aos amigos, que sei que podem estar longe ou um tanto quanto quietos e ocupados, mas que sempre posso contar (o que é de verdade fica!): Cela, Nessa Turcati, Nessa Schoomer, Bella, “Linda” (Carol), “Lindo” (Zingano), Vitor, Vivi Dutra, Nay, Andy, Leila, Lu e Thiago; meu agradecimento é pelo fato de vocês fazerem parte da minha vida – e também por cada um daqueles indispensáveis “para de reclamar, se tu quiser fazer, tu consegue!”.

Àqueles que não estão citados aqui (por puro bug na minha memória devido a este trabalho), mas que fizeram parte de todo este processo: ouvindo minhas reclamações, me dando apoio para continuar, fazendo companhia nas intermináveis madrugadas “TCCísticas”, me acompanhando nas festas, jantares e paradas nos bares ou nas simples conversas pelo Messenger, obrigada por isso!

A todos e a cada um de vocês, meu “VALEU!” por estar presente, por cada momento único e pela disposição em repetir todos os melhores – é tudo nosso!

*“Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar.
É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário.
E agora, não contente, querem
privatizar o conhecimento, a sabedoria,
o pensamento, que só à humanidade pertence.”.*

Bertold Brecht

RESUMO

O Brasil está em um momento de grande visibilidade mundial, visto que sediará os dois maiores eventos esportivos da atualidade: a Copa do Mundo de Futebol FIFA, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Este trabalho tem por objetivo analisar como e para quais propósitos esses megaeventos esportivos estão sendo realizados no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro. Para isso, foi realizada uma análise documental seguida de crítica a partir do materialismo histórico dialético, principalmente dos trabalhos de Gramsci. Foram utilizados documentos de organismos internacionais e nacionais, tais como a ONU, COB e a FIFA e também aqueles veiculados pelo governo brasileiro, principalmente os relativos aos orçamentos e gastos públicos das obras planejadas para a realização desses megaeventos, além de notícias de jornais, sítios da internet e o dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP). Nossa sistematização apontou que tais megaeventos têm servido aos interesses dominantes, com concentração de recursos em determinadas áreas e desrespeito aos Direitos Humanos. A organização dos comitês locais da copa e da ANCOP é um importante avanço na luta contra as políticas de criminalização da pobreza nas suas diversas formas de ataque.

Palavras-chave: Megaeventos Esportivos; Rio de Janeiro; Copa do Mundo; Jogos Olímpicos; Olimpíadas.

ABSTRACT

Brazil is in a time of great worldwide exposure, since the country will host the two biggest sporting events of today: the FIFA Football World Cup in 2014 and the Olympics in 2016 in the city of Rio de Janeiro. This study aims to analyze how and for what purposes these mega sports events are being held in Brazil, especially in Rio de Janeiro. For this, a documentary analysis was carried out followed by a critical examination from the perspective of historical and dialectical materialism, especially the works of Gramsci. The study uses documents from international and national organizations such as the UN, BOC and FIFA and from the Brazilian government, especially regarding the budgets and public expenditures for the organization of these mega events, as well as materials from newspapers, websites and the Joint National Popular Committees Cup (ANCOP) dossier. Our systematic pointed out that such mega events have served to dominant interests, with concentration of resources in certain areas and disrespect for human rights. The organization of local Cup committees and ANCOP is an important advance in the fight against the policies of criminalization of poverty in its various forms of attack.

Keywords: Sports mega events; Rio de Janeiro; Football World Cup; Olympics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
COB – Comitê Olímpico Brasileiro
COI – Comitê Olímpico Internacional
CONMEBOL – Confederação Sul-americana de Futebol
DAEFi – Diretório Acadêmico de Educação Física e Dança Paulo Hollerbach
ENEFF- Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física
ExNEEF – Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
FIFA – Federação Internacional de Futebol
MPF – Ministério Público Federal
ONU – Organização das Nações Unidas
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
RJ – Estado do Rio de Janeiro
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora
TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	12
2	ESPORTE E SOCIEDADE	17
2.1	BASES PARA COMPREENSÃO DA SOCIEDADE	18
2.2	ESPORTE E HEGEMONIA	22
2.3	MEGAEVENTOS ESPORTIVOS	25
3	ESCOLHA DO BRASIL COMO SEDE PARA OS MEGAEVENTOS	28
3.1	COPA DO MUNDO FIFA DE 2014	28
3.2	JOGOS OLÍMPICOS DE 2016	34
4	OS MEGAEVENTOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO RIO DE JANEIRO E NO BRASIL	40
4.1	FATORES SOCIAIS.....	40
4.1.1	<u>Segurança Pública e Violência</u>	41
4.1.2	<u>Moradia</u>	44
4.1.3	<u>Mobilidade Urbana</u>	46
4.2	FATORES ECONÔMICOS	49
4.3	FATORES POLÍTICOS	52
4.4	REVÉS DOS MEGAEVENTOS – A ORGANIZAÇÃO POPULAR.....	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	59

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Os olhos do mundo estão voltados para o Brasil – pelo menos no que tange ao cenário esportivo. Nos próximos anos, o país sediará os dois eventos esportivos com maior impacto mundial da atualidade: os Jogos Olímpicos e a Copa Mundial de Futebol – FIFA. Diferentes quanto ao número de sedes (a Copa do Mundo contará com doze sedes espalhadas por todo seu território e os Jogos Olímpicos terão como sede a cidade do Rio de Janeiro), os dois megaeventos assemelham-se com relação ao investimento “no esporte” e aos impactos produzidos na sociedade brasileira. Desde a escolha do Brasil como sede de ambos, muito se tem questionado acerca da real possibilidade (em termos políticos, econômicos e estruturais) de sucesso destes eventos. Diante disso, este trabalho questiona o processo da realização destes e as consequências que trazem consigo.

Com o Brasil, representado por doze de suas cidades, organizando a Copa do Mundo da FIFA e a escolha do Rio de Janeiro como sede para os Jogos Olímpicos de 2016, suas evidentes desigualdades sociais e econômicas tornam-se problemas políticos importantes para o mundo. O esporte, que visitará este canto do mundo, vai ajudar a resolver nossos problemas ou fazer com que nos esqueçamos deles por alguns momentos. Será?

O esporte é hoje uma das manifestações de maior peso no campo cultural do mundo. Desde o final da segunda Guerra Mundial, ele é apontado como elemento forjado para atuar como propaganda na Guerra Fria. O sucesso esportivo teria sido explorado como sendo um equivalente, no universo da cultura, do desenvolvimento econômico de determinado Estado-Nação (NOZAKI; PENNA, 2007).

No século XXI, o esporte ainda tem sido utilizado com fins políticos e econômicos – sob uma roupagem de espetacularização, os megaeventos esportivos reinventam o esporte e representam um momento de “*pão e circo*”¹ à grande massa da população.

¹ “A política do pão e circo (*panem et circenses*, no original em Latim) como ficou conhecida, era o modo com o qual os líderes romanos lidavam com a população em geral, para mantê-la fiel à ordem estabelecida e conquistar o seu apoio. Com distribuição de cereais e promoção de espetáculos, os imperadores evitavam o surgimento de manifestações populares, distraíndo, assim, a população dos inúmeros problemas existentes à época. (SANTIAGO, Emerson. **Política do Pão e Circo**. 09 de abril de 2012. Disponível em < <http://www.infoescola.com/historia/politica-do-pao-e-circo/>>. Acesso em 11 de dezembro de 2012).

No Brasil, o mesmo cenário repete-se. Um país de dimensões continentais que é reconhecido por ser “o país do futebol”, porém, para quem vive aqui, tal relação com o esporte, como um todo, e com o futebol, em específico, se dá de maneira muito diferente do que “*os olhos mundiais*” podem enxergar. A cada estrela bordada sobre o brasão da camiseta da seleção (masculina de futebol), há muitas histórias que se escondem nas sombras. Como não citar, por exemplo, a Copa do Mundo de 1970 e as inúmeras relações com torturas, mortes e violência ditatoriais? E agora, de forma mais recente, os Jogos Pan Americanos no Rio de Janeiro, em 2007, e a não instalação, através de manobras políticas da prefeitura fluminense à época, da CPI para investigar as denúncias de má gestão de recursos públicos já que esta “mancharia a imagem da cidade e comprometeria a realização do Pan” (THUSWOHL, 2007b).

Percebemos que nos megaeventos esportivos há muito de política e economia e pouco de esporte. Será que os próximos dois eventos, os quais acontecerão no Brasil, nos trarão novidades?

Diversos são os caminhos que me trouxeram até este estudo. Comecei a cursar Educação Física, na UFRGS, em 2005. No mesmo ano do meu ingresso à faculdade, também se inaugurou o curso ao qual me destinava: *bacharelado* em educação física. Diversas foram as dúvidas que surgiam naquele momento e poucas as respostas que, enquanto discentes, obtivemos. Percebi, naquele momento, que quem mais parecia interessado em tentar ajudar os alunos ingressantes eram os outros discentes que já estavam na Universidade, mas que também não entendiam muito tal divisão.

Com o decorrer do curso, como qualquer estudante, escolhi diferentes opções de atividades. Destaca-se, neste momento, meu ingresso no Diretório Acadêmico Paulo Hollerbach (pelo qual fui militante até meados de 2011 – quando me afastei por impossibilidades temporais e divergências políticas). Estes anos de atuação no diretório trouxeram-me diversas experiências e aproximações com assuntos os quais não tinha contato, tais como: Regulamentação da Profissão, Universidade, Saúde do Trabalhador, Trabalho Docente e Esporte. Este último configurou-se como um grande ponto de interesse da minha parte, haja vista o curso no qual estava me formando e a opinião “*senso comum*” da população com relação a este.

Esta participação no DAEFi também propiciou minha aproximação à ExNEEF, e constante presença em inúmeros de seus encontros e fóruns. Em 2010, participei

em Fortaleza do XXXI ENEEF que tinha como tema: “As cartas estão na mesa! Na Universidade precarização, no esporte grande ilusão!... Qual a carta na manga?”. Durante todo este evento, discutimos os diversos vieses dos megaeventos que então, começavam a ser construídos no Brasil. O encontro culminou em um ato público, momento em que nos juntamos (no protesto) e conversamos com diversos operários – os quais trabalhavam na reforma do Estádio Governador Plácido Castelo (Castelão) e situavam-se em greve por solidariedade às famílias que vinham sendo removidas de suas casas para a construção das obras da Copa de 2014. Neste momento, percebi o quanto de informações sobre tais megaeventos eram negadas e omitidas, diariamente, à população brasileira.

Diante do que foi posto, enfatizamos a relevância deste estudo tendo em vista, primeiramente, o período histórico no qual nos encontramos – com notório destaque internacional do Brasil pela realização dos Jogos Olímpicos de Verão e da Copa do Mundo de futebol masculino. Concomitante a isto, temos a precarização dos serviços públicos (como na saúde e educação) e o descaso com a população como um todo, por parte do Governo. Levando em conta o papel da Universidade na promoção e divulgação do conhecimento, reconhecemos o papel deste trabalho enquanto sistematização crítica sobre os impactos dos megaeventos esportivos.

A partir do que aqui discutimos, apresentamos, então, o objetivo deste trabalho: discutir criticamente como e para quais propósitos têm sido construídos os megaeventos esportivos no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro. Dentro desta discussão, abordamos os principais impactos políticos, econômicos e sociais produzidos por causa de tais megaeventos.

De maneira a conseguir sistematizar esta discussão, o presente trabalho divide-se em três partes. De início, trouxemos nossa concepção acerca do papel do esporte e também dos megaeventos esportivos, nos dias de hoje. Para que tal feito fosse obtido, também fizemos uma breve contextualização da sociedade atual e de alguns conceitos que serão bastante utilizados ao longo do trabalho como, por exemplo, hegemonia e ideologia. Na segunda parte, retomamos os principais fatos que aconteciam no Rio de Janeiro à época da escolha do Brasil como sede dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo de futebol assim como um relato de como se deu a escolha do país para sediá-los. Finalizando, realizamos as análises dos principais impactos sociais, econômicos e políticos proporcionados e/ou relacionados pela/com a realização dos megaeventos na cidade em questão.

Deixamos claro que esta divisão é puramente metodológica e sistemática, visto que um fator está intrinsecamente associado ao outro. Também neste momento abordamos quais são e como atuam os maiores pontos de resistência à realização dos megaeventos.

Diante do nosso objetivo, apresentado anteriormente, formulamos então, a questão norteadora de nossa pesquisa: **“Como a vinda dos megaeventos esportivos para o Brasil, especificamente, o Rio de Janeiro, altera os aspectos econômico, político e social desta cidade?”**. A partir desta, surgiram outras questões as quais foram abordadas ao longo de nosso trabalho: *“O que, e como, a população tem realizado enquanto ações que vão de encontro às mudanças proporcionadas pela vinda dos megaeventos?”* e *“É possível que tais mudanças tragam benefícios para a população como um todo? De que forma?”*.

Nossa pesquisa delimitou-se através de dois objetos de estudo: a Copa do Mundo de Futebol – FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão de 2016. A partir destes, abordamos de forma crítica suas consequências nos âmbitos político, social e econômico brasileiros. Nesta primeira delimitação, acreditamos ser importante salientar que a Copa do Mundo teve enfoque nesta pesquisa devido ao ímpeto com o qual sua *“presença”* se torna cotidiana por causa do curto espaço temporal até seu início.

Visto que este estudo é um Trabalho de Conclusão de Curso e, como tal, possui limitações, preferimos delimitar a pesquisa apenas na cidade do Rio de Janeiro para que conseguíssemos fazer um apanhado de forma mais consistente dos fatos e relações que nesta cidade têm ocorrido em razão dos megaeventos. Tal escolha aconteceu, primeiramente, por esta cidade ser sede dos dois megaeventos estudados, mas também contribuiu na nossa escolha o avanço das mobilizações populares lá ocorridas, a centralidade geográfica, o fácil acesso a informações por parte da pesquisadora e a importância econômica e política que tal cidade desempenha no contexto brasileiro.

O presente estudo privilegia o método da análise documental, a qual será seguida de crítica a partir dos referenciais teóricos expostos mais adiante, de forma a discutir as relações existentes entre os dados apresentados. Podemos citar, de um modo geral, a utilização de documentos de organismos internacionais e nacionais, tais como a ONU, COB e a FIFA e também aqueles veiculados pelo governo brasileiro, principalmente os relativos aos orçamentos e gastos públicos das obras

planejadas para a realização dos megaeventos. Para a análise crítica, também sobressaíram neste estudo notícias publicadas em jornais, sítios da internet e o dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Para a busca de tais documentos, utilizamos um recorte temporal do ano de 2009 até novembro de 2012.

Durante todo este estudo, as críticas e relações são realizadas sob a perspectiva marxista, fundamentada no materialismo histórico dialético², principalmente nos trabalhos de Gramsci³. Entendemos que os fenômenos não podem ser entendidos como acontecimentos isolados, mas a partir de um processo historicamente construído, o qual afeta a forma como a realidade é compreendida e modificada. Para tudo há um contexto histórico, uma relação social que originou (e talvez, proporcionou) tal ocorrência. Tal entendimento se aplica também aos megaeventos esportivos.

² Abordagem metodológica de estudo da história, economia e sociedade, desenvolvida por Karl Marx, que parte da questão de que a produção e a troca dos produtos são os pilares de toda a ordem social existente em todas as sociedades que desfilam pela história. Sendo assim, a repartição destes produtos, aliada com ela à divisão dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo *o que e como* a sociedade produz e pelo modo de trocar as suas mercadorias. (LIMA; NETO, 2009, p. 1)

³ Antônio Gramsci, filósofo e cientista político italiano.

2 ESPORTE E SOCIEDADE

Em seu Minidicionário da Língua Portuguesa (1993, p. 226-227), Aurélio Buarque de Holanda Ferreira traz as seguintes definições para o vocábulo ‘esporte’: “1. O conjunto dos exercícios físicos praticados com método, individualmente ou em equipe; desporte, desporto. 2. Qualquer deles. 3 Entretenimento.”. Embora estes sejam os termos utilizados por muitos de nossos dicionários, não correspondem à complexidade do que hoje entendemos por esporte.

De “*ópio do povo*” até “*salvação da humanidade*” o esporte passa, diariamente, por inúmeras significações diante dos muitos assuntos que podem a ele, ser subjugados. Cientes disto, elucidaremos, então, qual o nosso entendimento com relação ao esporte:

O esporte, como prática social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica. Por isso, deve ser analisado nos seus variados aspectos [...]. Sendo uma produção histórico-cultural, **o esporte subordina-se aos códigos e significados que lhe imprime a sociedade capitalista** e, por isso, não pode ser afastado das condições a ela inerentes [...]. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 70. Grifos nossos).

O esporte é um elemento da cultura corporal, o qual admite inúmeras formas de manifestações. Logo, poderemos vislumbrar diversos “*tipos diferentes*” de esportes – cada um subordinado aos códigos e significados que a sociedade lhe impôs naquele tempo histórico determinado. As elites dominantes apropriaram-se deste elemento, moldando-o de acordo com as suas necessidades e interesses. O “*espetáculo do esporte*” é um conceito novo, que surge como advento aos grandes eventos esportivos e, para o entendermos, precisamos compreender de que forma está estruturada esta sociedade.

2.1 BASES PARA COMPREENSÃO DA SOCIEDADE

Com o advento do capitalismo (modo de produção nascido pós-revolução industrial⁴), podemos perceber uma divisão da sociedade em duas classes distintas e antagônicas⁵: a burguesia – classe dominante e detentora dos meios de produção, e o proletariado (maior parcela social, os proletários vendem sua força de trabalho de forma a garantir sua subsistência e o sustento de sua família – tal “*mercadoria*” produz a mais-valia, que serve como fonte de lucros e riqueza da classe burguesa) (LENIN, 2006, p. 69).

Entendendo que as classes são antagônicas, seus interesses também o são. A burguesia detém o poder e seu maior interesse está em continuar nesta posição. Concomitante a isso também haverá a acumulação de capital, ampliação do consumo, usufruir e explorar os recursos naturais, ou seja, fatores que levem ao interesse primário e que, também, possibilitem a manutenção de sua alta qualidade de vida. Já o proletariado tem como interesse principal a busca pela sua sobrevivência e, para isso, a luta por um emprego, melhores condições de trabalho, reivindicar direitos trabalhistas, entre outros, tornam-se interesses preponderantes ao primeiro (MARX, 2010). A literatura marxista nos traz que a luta da classe trabalhadora tem como objetivo histórico a tomada da direção da sociedade a fim de torná-la justa.

Diversos foram os fatores que acarretaram à sociedade culminar nesta divisão de classes, mas tão logo que esta separação tenha sido concluída, tornou-se necessário para a burguesia criar aparatos que propiciassem que esta conformação se mantivesse. Desta forma, Gramsci (1982) nos traz o conceito de bloco histórico no qual explica as relações sociais e a divisão estrutural da sociedade que possibilitam o poder continuado nas mãos da burguesia.

⁴ Conjunto de mudanças tecnológicas, iniciada na Inglaterra no século XVIII e posterior expansão mundial - com profundo impacto na produção fabril – a qual passou a ser maquinofatura substituindo as manufaturas existentes – e que teve reflexos no processo produtivo como um todo, com inúmeras consequências sociais e econômicas.

⁵ Marx (2010, p. 40) traz que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”, mas não avançaremos nesta discussão durante este trabalho visto que nosso enfoque é outro.

Segundo este autor, se o poder da burguesia sobre o proletariado consistisse unicamente no controle dos aparatos repressivos do Estado, seria relativamente fácil a tomada do poder pelo proletariado (bastando organizar uma força armada equivalente ou superior). Dito isto, ele, então, divide a estrutura social em dois pontos: a **superestrutura** (configurada pela “*sociedade civil*” e pela “*sociedade política*”) e a **base econômica ou estrutura** (onde se encontram as relações sociais entre os homens e entre homens e natureza, as quais condicionarão a superestrutura) (GRAMSCI, 1982).

Por enquanto, pode-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo 'jurídico'. (GRAMSCI, 1982, p. 10-11)

A sociedade civil é configurada por diversas esferas de nossa vida como escolas, igreja, mídia, etc. Estas se revelam enquanto aparatos para o poder dominante disseminar sua ideologia, tornando-a hegemônica. Usando deste controle, as classes dominantes “*educam*” as classes dominadas para que estas vivam submissas àquelas e entendam isso como algo natural e conveniente, inibindo assim sua potencialidade revolucionária. Quando este controle não se faz suficiente, a burguesia utiliza a sociedade política (governo, aparato militar, parlamento,...) em seu poder coercitivo para fazer valer sua vontade – logo, o poder hegemônico combina e articula a coerção e o consenso, conforme o que nos é trazido no trecho a seguir:

[...] “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1982, p. 11)

É necessário enfatizar que a superestrutura não possui autonomia nem independência da estrutura; elas relacionam e articulam-se recíproca e

contraditoriamente, sendo, justamente, estas contradições que problematizam as relações sociais de produção e exploração. Mais uma vez, é importante ressaltar que se o poder da classe dominante se fizesse valer unicamente pela coerção do Estado, este seria ínfimo diante da diferença numérica e também de força física do proletariado.

No desenvolvimento de uma classe nacional, ao lado do processo de sua formação no terreno econômico, deve-se levar em conta o desenvolvimento paralelo nos terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual, filosófico: aliás, deve-se dizer que não existe desenvolvimento no terreno econômico sem estes outros desenvolvimentos paralelos. (GRAMSCI, 1982, p. 49)

Partindo deste fragmento de Gramsci, temos que o desenvolvimento econômico não ocorre de forma isolada - precisa que haja desenvolvimento, também, em outros aspectos. Levando-se em conta os “terrenos” trazidos pelo autor, podemos constatar que os órgãos constituintes da sociedade civil (terrenos ideológico, cultural, religioso,...) juntamente com a sociedade política (terreno jurídico, principalmente) realizam uma função de extrema importância para a continuação do poder da classe burguesa: o estabelecimento de uma hegemonia.

No entender de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entechos de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política. (MORAES, 2010, p. 54)

Mas o que é, afinal, esta tal “*hegemonia*”? Segundo Gruppi (1978, p.1), o antigo grego entendia hegemonia como a direção suprema do exército – era um termo militar. Com o advento de novas sociedades, outros significados foram atribuídos a este termo. Gramsci, baseado em estudos anteriores de Lênin, debruça-se sobre tal tema e nos traz que hegemonia inclui, além dos limites de uma coerção pura e simples, “[...] a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo” (GRAMSCI, 2002, p. 5 apud MORAES, 2010, p. 55) ⁶.

Podemos, então, compreender “*hegemonia*” como um conjunto de valores, normas e ideias que são “*re-ensinadas*” diariamente, através da sociedade civil

⁶ GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere** - Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. 495 p. v. 6.

(igreja, escolas, mídia,...), com o objetivo de que o proletariado saiba qual o papel que deve cumprir na sociedade. Também é colocado, a esta parcela da população, que as contradições advindas do sistema são naturais e não cabendo àquele, combatê-las, indo ao encontro do que traz Moraes quando diz que:

[...] a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. [...] uma direção ético-política eficiente não depende somente da força material que o poder confere. Deve ser alcançada também através de estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações convincentes sobre o quadro social. Pressupõe modificar mentalidades e valores, abrindo caminho a novas premissas éticas e pontos de vista, capazes de agregar apoios e consensos e, assim, afirmar-se perante o conjunto da sociedade. (MORAES, 2010, p.55)

Dentro desta conformação, o Estado assume um papel “*educativo e formativo*” com objetivo de criar e manter um tipo de civilização que atue de acordo com os interesses das classes que o dominam. Gramsci elucida estes objetivos:

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (2012, p. 23)

É importante ressaltar que esta pressão educativa tem a difícil tarefa de transformar em “liberdade” a necessidade e a coerção” (GRAMSCI, 2012, p. 23), e, para tal, o Estado utiliza todo o aparato disponível na superestrutura social: a sociedade civil e a sociedade política, conforme atestam os fragmentos que seguem.

[...] **domínio da sociedade civil**, que atua sem “sanções” e sem “obrigações” taxativas, mas que nem por isso deixa de exercer uma pressão coletiva e de obter resultados objetivos de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc. (GRAMSCI, 2012, p. 24 – grifos nossos).

Se todo Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, **o direito será o instrumento para esta finalidade** (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos. (GRAMSCI, 2012, p. 28 – grifos nossos).

A partir de tal reflexão, podemos visualizar que o Estado utiliza-se de diversos elementos presentes no nosso cotidiano para manter o *status quo* burguês, incluindo, entre eles, o esporte. Na próxima sessão elucidaremos como o esporte vem tornando-se um importante aliado na manutenção desta hegemonia dominante.

2.2 ESPORTE E HEGEMONIA

Conforme vimos, o homem, dentro da sociedade capitalista, assume um papel de dominação (burguês) ou subordinação (proletário). Para que tal dominação seja eficiente e contínua, a coerção e o consenso (através da hegemonia de ideias) são constantemente utilizados.

O esporte é um elemento da cultura corporal que, como toda manifestação de cultura, é produzido e modificado pelo homem e, conforme Penna (2011, p. 67), desde suas origens “encontra-se atrelado às normas e imposições que passam pelo controle e pelas transformações colocadas em curso pelo capitalismo”.

Penna (2011, p. 67-68) entende o esporte como “resultado da sistematização da ginástica que, ao longo do século XIX, passara a ser compreendida entre as diversas práticas corporais culturalmente construídas”. Já Souza (2009, p. 22), baseada em Bracht⁷, traz que:

“O esporte moderno constitui-se, enquanto resultado de modificações/esportivizações de jogos populares, na sua maioria com bolas, das classes populares inglesas ou elementos da cultura corporal da nobreza inglesa. Ligados a festas (da colheita ou religiosas), os jogos populares perdem seus significados diante das novas condições de vida geradas pelos processos de industrialização e urbanização da sociedade moderna”.

Ainda sobre esta visão temos que:

Os objetivos e significados da prática esportiva eram diferentes para cada classe social. Para a elite, o esporte distraía seus filhos, que ocupavam o tempo somente com o estudo. Para a classe trabalhadora, os chamados jogos populares estavam ligados as suas

⁷ BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte: Uma introdução**. Vitória, UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

raízes culturais. A elite considerava vulgar o esporte realizado pelos trabalhadores, por essa razão, impôs outra forma de prática esportiva mais adequada aos costumes criados e valorizados pela elite. (CURITIBA, 2006, p. 13).

Podemos perceber que o esporte já assumiu diversos “*papéis*” dentro de nossa sociedade. Primeiramente, com o “*adestramento*” dos corpos, pretendia-se educar o homem e seu corpo à nova sociedade que emergia, à industrialização e à fadiga das inúmeras horas trabalhadas.

Sob o discurso do desenvolvimento, requisitava-se a produção de corpos mecanizados, e produtivos os quais deveriam ser milimetricamente avaliados segundo os ditames das novas descobertas fundamentadas no método científico positivista. (PENNA, 2011, p. 68)

Posteriormente, com o avanço dos estudos e criação de novas formas de esporte, este toma para si funções de alívio das tensões, criação de novas necessidades para consumidores em potencial e também, com a sua suposta neutralidade, o esporte torna-se um importante instrumento para a manutenção e propagação da hegemonia burguesa.

Concordamos com Carmem Lúcia Soares quando esta traz que:

O movimento esportivo expandiu-se, tal qual se expandiu o modo de ser e de viver da burguesia inglesa. O esporte conscientiza, aliena, (re)cria e afirma o homem burguês: audaz, ágil, educado, obediente e, sobretudo, cumpridor e adorador de regras sociais, morais, físicas... Este movimento cria o gosto pelo aparato burocrático do esporte moderno, este imenso universo de signos, símbolos e linguagens que encantam multidões e que já serviu e ainda serve às mais díspares ideologias. (...) Para o senso comum, o esporte ou os esportes significam qualquer forma de exercitação física e exercem um fascínio que, monitorado pela mídia, transforma-se quase em fetiche. (2002, p. 21)

Além de disseminar a hegemonia burguesa através dos seus métodos de conciliação, o esporte tem papel em estimular a individualidade e a criação indiscriminada de novas necessidades de consumo (PENNA, 2011, P. 70). Esta individualidade estimulada vem preenchida com muitos pressupostos nacionalistas, de pertencimento a um determinado grupo e/ou local. Eric Hobsbawn, em entrevista concedida à Revista Carta Maior, vem ao encontro do que afirmamos: “Acho que só participar de uma Copa do Mundo é que faz as pessoas que vivem no Togo ou em

Camarões se darem conta de que são cidadãos de seus países” (2006). De forma sintética temos a tese de Clarke e Clarke⁸, citada por Parry:

[...] sport enshrines the doctrine of competitive individualism as the "natural human condition", and supports nationalism, racialism, and sexism. It reproduces and transmit dominant ideological themes and values, which are then "concentrated" when given media coverage, since its representation is informed by values such as spectacle, drama, personalization, and immediacy. (Clarke and Clarke, apud Parry, 1988, p. 436)⁹.

Ainda com relação ao nacionalismo, Penna (2011, p. 73) traz os interesses dos estados nacionais: “[...] ao se valerem econômica, política e ideologicamente do mercado esportivo -, ainda buscam construir o mito de nação forte e soberana”. O esporte também carrega nacionalismo como inclusão em um grupo determinado, não somente relacionando-se com Estados-nação. Termos como “nação rubro negra” ou “nação corintiana” demonstram-nos claramente que o pertencimento ao grupo, proporcionado pelo esporte – no caso, o futebol, não é limitado somente aos que praticam.

Assumindo este entendimento que aqui apresentamos sobre o esporte, a ONU divulgou, em 2003, um relatório sobre como o esporte vem sendo utilizado para a promoção da paz no mundo. Sobre este tópico, na avaliação de Penna:

[...] o esporte utiliza velhas estratégias que, ao serem recondicionadas, colaboram para a farsa da sociedade comprometida com a paz mundial. Há, nesse sentido, por parte do discurso dominante, um grande empenho em difundir a ameaça de um inimigo comum, permanente e universal. (2011, p. 72)

No referido relatório a ONU dá ênfase ao fato de que as Nações Unidas, para terem seus objetivos atingidos¹⁰, reivindicam uma ação conjunta entre a “sociedade civil, bem como Governos e agências internacionais”, formando “uma parceria global para o desenvolvimento” (ONU, 2003, p. 3) e destaca a importância do esporte neste:

⁸ CLARKE, Alan e CLARKE, John. 'Highlights and action replays' -- ideology, sport and the media. **Sport, Culture & Ideology**. Editado por J. Hargreaves. Londres, p. 62-87, 1982.

⁹ A tradução livre do trecho acima é a seguinte: “o esporte consagra a doutrina do individualismo competitivo como a ‘condição natural do ser humano’, e dá suporte ao nacionalismo, ao racismo e ao sexismo. Ele reproduz e transmite temas ideológicos e valores dominantes que são, então, ‘concentrados’ quando da cobertura dada pela mídia, uma vez que sua representação é informada por valores como espetáculo, drama, personalização e imediatismo”.

¹⁰ Estes objetivos fazem referência ao “Projeto do Milênio”, elaborado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, em 2002, para “desenvolver um plano de ação concreta para que o mundo reverta o quadro de pobreza, fome e doenças que afetam bilhões de pessoas” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Investimento no desenvolvimento: um plano para atingir os objetivos do desenvolvimento do milênio**. Nova Iorque, 2005).

O mundo do esporte apresenta uma parceria natural para o sistema das Nações Unidas. Por sua própria natureza o esporte envolve participação. Envolve também a inclusão e a cidadania. O esporte une indivíduos e comunidades, destacando os aspectos comuns e **servindo de ponte entre diferenças étnicas e culturais**. (ONU, 2003, p. 3 – grifos nossos).

A partir do que foi discutido, conseguimos visualizar os objetivos aos quais vem servindo o esporte na atual sociedade. Dentro destes objetivos é que se concentram os megaeventos, tão comuns no nosso cotidiano.

2.3 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Estimulação a novas “necessidades”, nacionalismos, propagação da hegemonia dominante, alienação do proletariado, entre outras, são características do esporte que se encontram maximizadas com os megaeventos.

Contando com volumosos recursos públicos e privados, e dispondo de fabulosa cobertura midiática, os megaeventos esportivos se tornaram, nas últimas três décadas, em uma das estrelas principais da atual ‘sociedade do espetáculo’. Considerando basicamente os Jogos Olímpicos de Verão e as Copas do Mundo de Futebol Masculino, estamos diante de eventos cuja globalidade não se mede apenas pela mobilização de praticamente todas as nações do mundo, afiliadas às respectivas entidades organizadoras internacionais e desejosas de participação nos certames; trata-se de constatar a dimensão simbólica adquirida por tais eventos, capazes de atrair as atenções em todo o planeta, promovendo fantásticos rituais periódicos, sem parâmetro de comparação com nenhum outro fenômeno social. (MASCARENHAS, 2009, p. 506).

Desde a Roma Antiga podemos perceber a utilização dos megaeventos para alienação da população diante dos inúmeros problemas enfrentados por esta, tais como miséria, fome, doenças. Naquela época, gladiadores entravam em arenas para lutar contra animais selvagens e divertir os que podiam assistir – o “circo” da política romana.

Na era moderna, os megaeventos esportivos são largamente utilizados para difundir um status de povo feliz, nação bem sucedida – muitas vezes divulgando regimes ditatoriais como exemplos de sucesso. Eduardo Galeano vem ao encontro desta afirmação ao falar sobre a Copa do Mundo de 1934, na Itália:

Os cartazes do campeonato mostravam Hércules que fazia a saudação fascista com uma bola a seus pés. O Mundial de 34 em Roma foi, para *Il Duce*, uma **grande operação de propaganda**. Mussolini assistiu a todas as partidas da tribuna de honra, o queixo erguido para as bancadas repletas de camisas negras, e os onze jogadores da equipe italiana lhe dedicaram suas vitórias com a palma estendida. (GALEANO, 2010, p. 67 – grifos nossos).

Sobre a Copa do Mundo de 1978, ele escreve:

O Papa mandou sua bênção de Roma. Ao som de uma marcha militar, o general Videla condecorou Havelange na cerimônia de inauguração, celebrada no Estádio Monumental de Buenos Aires. A poucos passos dali, estava em pleno funcionamento o Auschwitz argentino, o centro de tortura e extermínio da Escola Mecânica Armada. E alguns quilômetros além, os aviões lançavam prisioneiros vivos para o fundo do mar.

“Finalmente o mundo pôde ver a verdadeira imagem da Argentina”, celebrou o presidente da FIFA perante as câmeras da televisão. Henry Kissinger, convidado especial anunciou:

- *Este país tem um grande futuro em todos os níveis.*

E o capitão da equipe alemã, Berti Vogts, que deu o chute inicial, declarou dias depois:

- *A Argentina é um país onde reina a ordem. Não vi nenhum preso político.* (GALEANO, 2010, p. 150).

Os Jogos Olímpicos de 1936 em Berlim divulgando os ideais nazistas também podem ser citados assim como inúmeros outros exemplos que corroboram as afirmações trazidas anteriormente.

A ONU também tem utilizado os megaeventos como forma de alienação e “pacificação” das massas populares. Um exemplo a ser dado é o Jogo pela Paz – evento promovido pela entidade que levou a seleção brasileira para um amistoso contra a seleção haitiana, em agosto de 2004 (país que, naquele momento, sofria ocupação militar “*em prol da paz*” liderada pela ONU).

Os mitos do futebol foram ovacionados por trabalhadores e burgueses haitianos nas ruas de Porto Príncipe, em desfile sobre os tanques de guerra da ONU. Nem por isso, no entanto, a delegação brasileira estendeu a sua permanência naquele país, ficando não mais do que meras cinco horas entre a sua aterrissagem e a decolagem, numa demonstração material do uso deste esporte e dos seus mitos para a naturalização da opressão de classe e da difusão de uma determinada aparência de neutralidade, paz e liberdade, que não condiz com a realidade concreta, mas garante a continuidade da dominação burguesa. (PENNA, 2011, p. 128)

Também podemos trazer aqui a utilização dos megaeventos como porta de entrada para empresas multinacionais nos novos mercados consumidores. Com o consentimento e promoção de órgãos como FIFA e COI, a “necessidade” de novas

instalações e participação no mundo globalizado impunha-se diante de diversos países como Brasil e África do Sul – e o governo destes, acena afirmativamente a estes projetos, conforme foi ensinado a fazer, inclusive aplicando muito dos seus recursos financeiros.

Tarefa cumprida, o capital põe-se a romper fronteiras em busca de novos paraísos. Ainda que, para isso, tenha que ser literalmente destruído tudo que já fora anteriormente feito, seja pelo processo de obsolescência, seja pela destruição física de estádios, instalações físicas, quadras, pista, piscinas etc., reconstruindo-os e reiniciando o ciclo vital ao capital, com a ampla garantia da infraestrutura e do aparato estatal. (PENNA, 2011, p. 106)

Diante de tantas “oportunidades” os países realizam verdadeiras batalhas políticas para ganhar a chance de sediar algum destes eventos. Para a população em geral, as impressões que surgem antes da realização dos jogos são de aumento de oportunidades, chances de conhecer os grandes “heróis” esportivos da atualidade e melhoria da organização urbana. Mais adiante poderemos visualizar se as impressões estão condizendo com a realidade.

3 ESCOLHA DO BRASIL COMO SEDE PARA OS MEGAEVENTOS

Elucidaremos, agora, os principais fatos que levaram o Brasil e o Rio de Janeiro a serem escolhidos como país/cidade sede para a Copa do Mundo FIFA de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016. Junto destes, apontaremos outros acontecimentos que ocorreram, simultaneamente, na cidade do Rio de Janeiro.

3.1 COPA DO MUNDO FIFA DE 2014

A corrida em direção à Copa do Mundo de 2014 iniciou-se anos antes, com o estabelecimento, pela FIFA, de um rodízio entre os continentes do globo para sediar o Mundial.

O processo de escolha da sede da Copa do Mundo que temos hoje foi estabelecido na década de 90, quando a Federação Internacional de Futebol (FIFA) instituiu que seria feito um processo de rotação continental entre as seis confederações de futebol: Confederação Asiática de Futebol (AFC), Confederação Africana de Futebol (CAF), Confederation of North, Central American and Caribbean Association Football (CONCACAF), Union of European Football Associations (UEFA), Oceania Football Confederation e Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL). (PARANÁ, 2010)

Além do interesse divulgado de querer dar visibilidade aos países e continentes que, normalmente, não possuem expressão mundial para sediar um evento deste porte, podemos perceber que este rodízio também coloca uma possibilidade de utilizar a Copa como facilitador de relações políticas, favoráveis aos interesses dominantes, com países em expansão econômica como nos casos da África do Sul e Brasil. Concomitante a isto, trazemos aqui outro motivo que culminou em tal decisão:

Durante doze anos, Ricardo Teixeira articulou um grande acordo para se fazer a Copa na África do Sul e, em seguida, no Brasil. Com conversas, promessas e jogadas políticas, em 2000, quando da votação do país anfitrião para 2006, ele tinha nas mãos os votos de pelo menos doze dos 23 países garantidos para a África do Sul. De certa maneira, era o pagamento do apoio dado 26 anos antes, pelos africanos, à eleição do seu sogro, João Havelange, para a

presidência da FIFA. Propositamente, o Brasil se candidatou para sediar o mundial de 2006, para depois voltar atrás, o que reforçou o alinhamento dos africanos para os brasileiros na eleição seguinte. Na última hora, porém, numa iniciativa muitíssimo suspeita, o representante da Nova Zelândia votou em branco, e a África do Sul perdeu por esse voto para a Alemanha. Foi preciso reelaborar a estratégia. Assim, a FIFA decidiu adotar, a partir de 2010, um rodízio de continentes. O africano era o primeiro da lista. Como o país mais rico, a África do Sul não tinha como perder. No torneio seguinte, pelas regras do rodízio, o país organizador viria da América do Sul. O apoio de todos os países do bloco ao Brasil já estava costurado. (PINHEIRO, 2010, p. 54)

Logo, trazer a Copa para o Brasil era um plano muito mais antigo do que o que foi divulgado. E, quando tais interesses chegam a implantar uma sistemática própria dentro de uma entidade como a FIFA, podemos perceber que o jogo político que aconteceu e ainda acontece encoberto pelas sombras é muito maior e mais poderoso do que imaginamos.

Mesmo com todos os planos já “constituídos” para que o Brasil sediasse a Copa de 2014, em 29 de outubro de 2003 o vice-presidente da Federação Chinesa de Futebol, Zhang Jilong, afirmou que seu país também apresentaria candidatura para esta. Antes disso, em 18 de março deste mesmo ano, a CONMEBOL já havia decidido indicar o Brasil como candidato único (CRONOLOGIA, 2007).

Obviamente, enquanto todas as relações não são oficializadas, a conjuntura pode mudar a qualquer momento. Em 6 de maio de 2004, o senador chileno Jaime Naranjo defende que seu país e a Argentina apresentem uma candidatura conjunta para o Mundial de 2014, como aconteceu com Japão e Coreia do Sul em 2002. Naranjo afirma ter o apoio de Joseph Blatter, presidente da FIFA. Porém, mesmo com os indicativos da Federação Chinesa (contrariando inclusive o rodízio já instituído pela FIFA) e com a proposta de sede conjunta, em 25 de dezembro deste ano, o presidente da CONMEBOL, Nicolás Leoz, afirma ao jornal paraguaio “ABC COLOR” que a Copa do Mundo de 2014 será no Brasil (CRONOLOGIA, 2007).

Paralelo a isso tudo acontecia, no Brasil, as eleições municipais para prefeitos e vereadores (outubro de 2004). No Rio de Janeiro, com 50,11% dos votos válidos, César Maia (PSDB) reelege-se já no primeiro turno para o seu terceiro mandato, não consecutivos, à frente da cidade fluminense. Maia teve importante participação na vinda dos Jogos Pan-Americanos para o Brasil (Rio de Janeiro).

Em 15 de julho de 2006, “surge” mais um país candidato a sediar a Copa de 2014. O presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, afirmou que seu país apresentaria

candidatura. (CRONOLOGIA, 2007) Não sabemos, e nem podemos afirmar, até que ponto as relações de alta cúpula da FIFA sabiam desta candidatura tampouco quais eram as reais chances da Colômbia sediar o Mundial. Mesmo assim, as providências para que o Brasil confirmasse seus planos, continuaram a ser tomadas. Em 24 de setembro do mesmo ano, a CBF convidou Pelé (Édson Arantes do Nascimento, mundialmente famoso jogador de futebol brasileiro) para ser o presidente do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, caso a competição fosse confirmada no Brasil. Este aceitou o convite (CRONOLOGIA, 2007).

Publicamente, a FIFA ainda apresentava dúvidas quanto à sede para 2014. Em 28 de setembro de 2006, Joseph Blatter encontrou-se com o então Presidente, Luís Inácio Lula da Silva e afirmou sua vontade de que o país provasse sua capacidade antes da FIFA tomar uma decisão. O ministro do Esporte, Orlando Silva Jr., afirmou, naquele momento, que o único estádio do Brasil com potencial de se adaptar aos moldes exigidos pela FIFA seria a Arena da Baixada, do Atlético Paranaense, em Curitiba (CRONOLOGIA, 2007). Levando em consideração que a FIFA utiliza, normalmente, dez cidades-sede, cada uma com seu próprio estádio, naquele momento já poderíamos prever o alto valor que um evento de tal porte custaria ao Brasil – pensando unicamente nas reformas dos estádios.

Novas eleições ocorreram no Brasil em outubro de 2006, desta vez para governadores, senadores, deputados estaduais e federais e presidente da República. No Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho (PMDB) elegeu-se no segundo turno com pouco mais de 68% dos votos válidos e, na presidência, Lula (PT) conseguiu ganhar sua segunda eleição consecutiva, também em segundo turno, com quase 61% dos votos. O resultado dessas eleições deixou claro que as recorrentes denúncias de corrupção não afetaram a “*confiança*” da população brasileira no presidente. No Rio de Janeiro, a direita afirma-se no poder, novamente (o RJ foi um dos estados no qual Lula ganhou nas urnas). Para a continuação da campanha dos megaeventos não poderia haver resultado mais favorável.

Em novembro de 2006, Joseph Blatter disse que o Brasil deveria preparar bem sua proposta de candidatura à Copa do Mundo de 2014. Segundo ele, o país deveria agir “como se houvessem outros três ou quatro candidatos” na disputa (CRONOLOGIA, 2007). Seguindo a “*indicação*” dada por Blatter, o Governo Federal criou um grupo de trabalho interministerial (com representantes do Ministério do Esporte, Casa Civil, Planejamento, Fazenda, Relações Exteriores, Cidades, Justiça

e Turismo) responsável pela elaboração do projeto de candidatura do Brasil para a Copa do Mundo de 2014 (CRONOLOGIA, 2007). A CBF foi colocada como participante permanente das reuniões de tal grupo. Ricardo Teixeira anunciou, à época que “O povo brasileiro merece este presente. Prometo que vou me empenhar até o último momento para trazer a Copa do Mundo para o Brasil.” (LULA, 2006).

Em 13 de dezembro foi oficializada, junto à FIFA, a candidatura do Brasil para sediar a Copa de 2014, pelo presidente da CBF. A data final para as inscrições de candidatos a país sede da Copa de 2014 deveria ser 07 de fevereiro de 2007, foi, porém antecipada pela FIFA para o dia 18 de dezembro de 2006 (CRONOLOGIA, 2007). Não encontramos os motivos que levaram a entidade a realizar esta antecipação. No último dia do prazo, confirmando as declarações feitas, a Confederação Colombiana de Futebol oficializou sua candidatura junto à FIFA.

No Rio de Janeiro, o ano terminou com muita violência e trouxe pânico à população. Dezoito pessoas foram mortas em ataques a delegacias, incêndios de ônibus e tiroteios entre a PM e os criminosos. O descaso com a população demonstrou-se a partir das declarações de Astério Pereira:

“De acordo com o então secretário da Administração Penitenciária, Astério Pereira, a cúpula da segurança pública do estado do Rio de Janeiro sabia que bandidos atacariam a cidade com antecedência. A ordem para que ocorressem os ataques partiu de presidiários. Durante o dia 28 de dezembro, a onda de ataques se espalhou pelo estado, atingindo a Baixada Fluminense.” (MARRA, 2006).

Estas notícias tiveram repercussão internacional, visto que, no ano que começaria poucos dias depois uma edição dos Jogos Pan-Americanos estava por ser realizada na cidade – isto sem mencionar a quantidade imensa de turistas lá presentes para as celebrações da virada do ano.

Em 2007, a Federação de Futebol dos Estados Unidos ofereceu-se como opção caso Brasil ou Colômbia não tivessem condição de realizar a Copa do Mundo (CRONOLOGIA, 2007). Tal “ajuda” demarca uma posição de que existiam outros países dispostos a sediar o Mundial, apesar de que, neste caso, não se cumpriria o rodízio instituído pela FIFA.

Em 11 de abril deste ano, a Federação Colombiana desistiu de sua candidatura, por “não ter condições de arcar com os altos custos para adequar o país aos encargos que a FIFA exige” (CRONOLOGIA, 2007). A partir deste

momento, o Brasil configurava-se como candidato único à sede da Copa do Mundo FIFA, concorrendo, somente, com as muitas exigências da FIFA.

Com relação às exigências da FIFA, em 15 de junho de 2007 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um documento no qual comprometia a República ao cumprimento de onze aspectos exigidos pela FIFA para a realização do Mundial de 2014 (CRONOLOGIA, 2007). Entre os aspectos do documento, constavam: acordos sobre proteção e exploração dos direitos comerciais, tratamento preferencial para membros da FIFA e delegações nos aeroportos, garantias de segurança, rapidez nos vistos de trabalho, entre outros. Podemos notar que desde as primeiras negociações, a FIFA e o governo já acertavam pontos de garantias para que a COPA do Mundo no Brasil não gerasse custos (políticos e/ou econômicos) à entidade, como consta no documento (Garantia número 10 – indenizações):

Afirmamos e garantimos, ainda, à FIFA que proporemos ao governo nacional que aprove (ou solicite ao Congresso, às autoridades estaduais ou locais que aprovem) as leis, portarias, decretos e outros regulamentos especiais necessários ao cumprimento desta Garantia, a fim de serem promulgadas e executadas com a maior brevidade possível. Esta Garantia deverá ser obrigatória, válida e executável contra o Brasil e seu governo, bem como todas as autoridades estaduais e locais, desde a data desta Garantia até 31 de dezembro de 2014 [...]. (GOVERNO, 2007).

Na cidade do Rio de Janeiro, de 13 a 29 de julho, realizaram-se os XV Jogos Pan-Americanos. Durante os dezessete dias de competição, 5633 atletas de 42 países das Américas do Sul, do Norte e Central, competiram em 332 eventos de 47 modalidades esportivas (RIO, 2007). Em agosto, aconteceram na cidade os jogos Parapan-Americanos, os quais contaram com 1300 atletas de 26 países para a disputa de dez modalidades (RIO, 2007).

Com inúmeras obras construídas especificamente para o Pan (como o Estádio João Havelange – Engenhão – e a Vila Pan-Americana), este proporcionou a sua organização inúmeras denúncias de mau uso do dinheiro público e o “*título*” dos Jogos Pan-Americanos mais caros da história (até o momento).

A Prefeitura publicou no Diário Oficial que o gasto público total do Município com os Jogos Pan-Americanos ficou em cerca de R\$ 1,2 bilhão, mas a oposição garante que foi muito mais: “O custo inicialmente estipulado para o Pan, de R\$ 400 milhões, pode ter saído até dez vezes maior, o que é um absurdo”, afirma a vereadora Andréa Gouvêa Vieira (PSDB).

Proponente e presidente da CPI do Pan, Eliomar Coelho (PSOL) também afirma acreditar que o gasto público foi maior que o anunciado pela Prefeitura. O vereador faz uma interessante ressalva:

“Mesmo que o gasto tivesse sido esse de R\$ 1,2 bilhão, já seria motivo para investigação. Os últimos cinco Jogos Pan-Americanos antes do nosso, somados, custaram cerca de R\$ 2 bilhões”, afirma. (THUSWOHL, 2007a).

À época, houve tentativas de instauração de uma CPI para investigar os exacerbados gastos com a competição. Após três tentativas falhas, tal proposta foi arquivada.

Apesar de tantas denúncias, as negociações para a Copa continuavam. Em 31 de julho de 2007, durante um evento na sede da FIFA, em Zurique, Ricardo Teixeira entregou a Joseph Blatter a proposta da candidatura do Brasil para receber a Copa de 2014 (CRONOLOGIA, 2007).

Em agosto deste ano, começaram as visitas às cidades concorrentes pela Comissão de Inspeção da FIFA (responsável por avaliar as cidades candidatas a sediar a Copa do Mundo de 2014). Dias antes disto, os representantes de tais cidades participaram, junto do presidente do Comitê de Candidatura Brasil-2014 - Ricardo Teixeira, do Encontro Preparatório para Inspeção da FIFA (CRONOLOGIA, 2007). Havia dezoito cidades candidatas a organizar os jogos (Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife/Olinda (PE), Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo).

Durante a visita à Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou de uma reunião com os cinco representantes da FIFA no Palácio do Planalto e disse que faria o que fosse preciso para que o Brasil receba o Mundial de 2014.

Outubro de 2007 foi, então, o mês decisivo para o Brasil na sua candidatura à sede da Copa. Apesar do descontentamento manifestado por Joseph Blatter com relação à existência de uma única candidatura para a realização do Mundial, no dia 30 a FIFA ratificou o Brasil como país-sede (CRONOLOGIA, 2007). No intervalo entre a manifestação de Blatter e a ratificação oficial da FIFA, foi divulgado o relatório da Comissão de Inspeção da entidade. Segundo este grupo, “o Brasil tem condições de organizar uma Copa do Mundo excepcional” (FIFA, 2007, p. 9). No entanto, constava no relatório que nenhum dos estádios do Brasil poderia receber as partidas da Copa de 2014 no estágio em que se encontravam à época, ao que o grupo fez uma ressalva:

However, the inspection team wishes to point out that if Brazil were to be awarded the 2014 FIFA World Cup™, FIFA would have to pay special attention to the projects in general, and specifically to plans for the media, sky boxes and other hospitality areas, parking and players' areas. (FIFA, 2007, p. 25) ¹¹.

Orlando Silva, o então Ministro dos Esportes, afirmou que a Copa do Mundo será a oportunidade de desenvolvimento que o Brasil necessita, tanto para a modernização dos estádios de futebol como para a infraestrutura dos municípios (CRONOLOGIA, 2007). Pelo Brasil, as pessoas reuniram-se para comemorar a “*eleição*” do Brasil à sede da Copa pela segunda vez, após 64 anos.

As cidades-sede oficiais somente foram escolhidas um ano e meio após a divulgação, por parte da FIFA, da sede do Mundial de 2014 (o anúncio das cidades aconteceu nas Bahamas, em 31 de maio de 2009 durante o 59º. Congresso da Federação) (SEM, 2009). O governo brasileiro conseguiu garantir que doze cidades sediassem o evento: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Recife, Natal, Fortaleza, Manaus e Cuiabá foram escolhidas - ficaram de fora Florianópolis, Goiânia, Campo Grande, Maceió, Rio Branco e Belém.

3.2 JOGOS OLÍMPICOS DE 2016

Em 2016 teremos, pela primeira vez na história, a realização dos Jogos Olímpicos em uma cidade Sul-Americana. O Brasil já havia formalizado outras tentativas anteriormente, mas todas terminaram em fracasso.

O Brasil, na década de 1930, apresentou pela primeira vez candidatura para sediar os Jogos Olímpicos. A cidade escolhida para representar o país foi o Rio de Janeiro, na época capital nacional. Em 1931, na assembleia do COI realizada em Lausanne, Berlim foi eleita para sediar os Jogos Olímpicos de 1936. Essa edição dos Jogos aconteceu sob o domínio e a ideologia nazista – servindo de propaganda

¹¹ A tradução livre da referência acima é a seguinte: “No entanto, a equipe de inspeção deseja salientar que se o Brasil viesse a ser escolhido para a Copa do Mundo FIFA 2014, a FIFA deveria colocar atenção especial nos projetos em geral e, especificamente, nos planos para a mídia, camarotes e outras áreas de hospitalidade, estacionamento e áreas dos jogadores”.

para tal regime. Neste momento que os organizadores criaram o cortejo da tocha Olímpica, existente até os dias atuais.

A segunda candidatura, para as Olimpíadas de 2000, foi feita em 1992 e tinha como proposta de sede a capital Federal: Brasília. O governo Collor¹² utilizou o mote da celebração dos 500 anos do descobrimento do país. Porém, sem apoio formal do próprio COB, os líderes do projeto Brasília 2000 desistiram da candidatura antes da seleção (MONTEIRO, 2009). Vale lembrar que o mandato do presidente Collor foi marcado por recessão, altos índices de desemprego e insatisfação popular – características que culminaram no seu *impeachment*.

A terceira investida do Brasil para sediar as Olimpíadas ocorreu em 1997. A cidade do Rio de Janeiro candidatou-se para sede dos Jogos Olímpicos de 2004. Apesar de contar com grande investimento de publicidade (até um mascote chegou a ser criado) o projeto não passou nem da fase preliminar devido aos inúmeros problemas socioambientais contidos nele (MONTEIRO, 2009). Na fase decisiva, ganhou a cidade grega de Atenas.

Para os Jogos de 2012 o COB realizou uma seleção interna para escolher a cidade que representaria o Brasil. São Paulo perdeu a disputa para o Rio de Janeiro – que logo foi desclassificado numa pré-seleção feita pelo COI (tal medida foi tomada devido ao grande número de candidatas) (MONTEIRO, 2009).

Na candidatura para a Olimpíada de 2016, houve novamente uma pré-seleção interna na qual o Rio saiu vencedor.

A decisão foi tomada por aclamação pela Assembleia do Comitê Olímpico Brasileiro. Os membros da Assembleia consideraram que, com a realização dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos Rio 2007, a cidade se tornou a mais capacitada no país para postular a candidatura aos Jogos, tanto em termos de experiência de organização como em instalações esportivas. (COB, 2008).

No dia 07 de setembro de 2007 o COB encaminhou a documentação necessária ao COI.

O material é composto por uma carta de apresentação do Comitê Olímpico Brasileiro, carta de inscrição e de garantia assinada pelo Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Cesar Maia, e pelo presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, e por cartas de

¹² Referência aos anos de mandato de Fernando Collor de Mello na presidência do Brasil, Março/90 até dezembro/92.

garantia para a realização dos Jogos assinadas pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sergio Cabral. (COB, 2008).

Sete dias depois o COI anunciou que sete cidades eram aspirantes à sede dos Jogos Olímpicos de 2016: além do Rio de Janeiro, também manifestaram interesse em receber os jogos as cidades de Baku (Azerbaijão), Chicago (Estados Unidos), Doha (Qatar), Madri (Espanha), Praga (República Tcheca) e Tóquio (Japão) (COI, 2009).

Conforme visto anteriormente, no dia 30 de outubro oficializou-se o Brasil enquanto sede da Copa do Mundo FIFA. Para o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, tal escolha demonstrou a importância do Brasil no cenário esportivo mundial e a confiança na capacidade do país para organizar e sediar eventos deste porte (PRESIDENTE, 2008).

Na opinião de Nuzman, a decisão da FIFA fortalece a aspiração brasileira de realizar os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. "A Copa do Mundo no Brasil reforça a candidatura brasileira à sede dos Jogos Olímpicos de 2016 em todos os sentidos. Os investimentos a serem feitos nos dois eventos se completam e darão ao Brasil a oportunidade de repetir experiências bem sucedidas de países que organizaram os dois eventos em sequência, como o México (1968/1970), a Alemanha (1972/1974) e os Estados Unidos (1994/1996)", disse o presidente do COB (PRESIDENTE, 2008).

Em 4 de junho de 2008, o COI divulgou o então resultado das avaliações preliminares das sete cidades postulantes à sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Cada uma das cidades recebeu notas individuais em onze critérios: apoio político e social, infraestrutura geral, locais de competição, vila olímpica, meio ambiente, transporte, segurança, experiências anteriores, finanças e legado – as que tivessem nota média superior a seis seriam consideradas aptas a receber os Jogos. Foram eliminadas Baku (foi a cidade que recebeu as notas mais baixas em todos os quesitos ficando com média 4,3), Praga (com média 5,3, sua candidatura prejudicou-se, sobretudo, com relação à falta de infraestrutura) e Doha (apesar da média alta – 6,9 – sua candidatura foi eliminada, pois indicavam que os Jogos fossem realizados em outubro (fora do prazo estipulado pelo COI) para ter melhores condições climáticas – “além de ser uma área propensa a ataques terroristas”). Como candidatas restaram Rio de Janeiro (média 6,4), Chicago (média 7), Madri (média 8,1) e Tóquio (média 8,3) (RIO, 2008).

[...] o Ministro do Esporte, Orlando Silva, disse que informou ao Presidente Lula assim que o resultado foi anunciado. Segundo o Ministro, o Presidente reafirmou o compromisso do Governo Federal com os investimentos necessários para candidatura brasileira. “A harmonia entre os níveis de Governo, que já foi um ponto positivo no RIO 2007, será ainda mais aperfeiçoada na campanha de 2016. A organização será marcada por profissionalismo, transparência e planejamento consistente, como aconteceu nos Jogos Pan-americanos. Os três níveis de Governo vão agir por música”, disse o Ministro. (NUZMAN, 2008)

Importante destacar que, entre as cidades classificadas, o Rio de Janeiro foi a que possuía menor média. Apesar de ter conseguido um ótimo índice no quesito “apoio governamental” isto não auxiliou muito para elevar sua média visto que quesitos que possuíam peso maior na contagem ganharam notas baixas (como foi o caso dos critérios infraestrutura, hotelaria e segurança) (OHATA, FERRARI e MATTOS, 2008).

Com relação à segurança no Rio de Janeiro, em abril de 2008 ocorreram muitas mortes decorridas de balas perdidas “*na luta contra o tráfico*”. Operações na favela da Penha e Vila Cruzeiro mataram mais de 10 pessoas, incluindo uma garota de 15 anos. Pacientes que buscavam ajuda em tendas de hidratação instaladas para conter o surto de dengue também tiveram que fugir da troca de tiros (DEZ, 2008).

A dengue foi outro motivo de repercussão nacional em abril daquele ano. Até 12 de abril já tinham sido registradas 83 mortes no estado carioca – 50 só na capital, e mais de 75 mil casos contabilizados. O Rio de Janeiro foi um dos estados mais atingidos (o surto de dengue espalhou-se por praticamente todo o país) – uma das possíveis razões para tal fato foi a baixa cobertura do Programa Saúde da Família.

[...] o Rio tem uma das menores proporções do País de agentes de saúde e de equipes do PSF com médico e enfermeiro em relação à população: 14,4% e 8,1%, respectivamente (números de janeiro). O prefeito do Rio, Cesar Maia (DEM), diz não ver relação entre o número de equipes do programa e a prevenção da doença. Apesar de o Ministério da Saúde arcar com metade dos custos das equipes, aumentando assim os repasses federais para a cidade, a prefeitura do Rio não tem demonstrado interesse em ampliar a rede. Aos técnicos da pasta, as autoridades municipais se queixam do custo do programa, cerca de R\$ 30 mil mensais por equipe. (PARA, 2008).

Dinheiro não era problema, no entanto, para a continuação da candidatura Rio-2016. Durante o prazo que o Rio era apenas uma cidade candidata foram gastos mais de 9,1 milhões de reais – destes, 6,3 milhões foram oriundos dos governos

Federal e Estadual. Na fase II, enquanto cidade candidata, uma quantia próxima aos 81 milhões de reais foi dispensada – 56 milhões vieram dos cofres públicos das três esferas (PERGUNTAS, 20??).

Com a continuação da campanha, no dia 12 de fevereiro de 2009 todas as quatro candidatas enviaram ao COI um documento no qual apresentavam um projeto de candidatura. Após uma avaliação as cidades foram visitadas pela Comissão avaliadora do COI. Cada visita durou quatro dias - no Rio de Janeiro compreendeu o período de 29 de abril a 2 de maio (APÓS, 2009).

Os relatórios de avaliação das cidades candidatas foram considerados bastante equilibrados (principalmente por não possuir notas ou rankings). A cidade carioca foi muito bem avaliada pelos membros, recebendo muitos elogios pelo seu projeto, mas a comissão de avaliação demonstrou preocupação com a segurança, o trânsito e as acomodações (COI, 2009).

Segundo a comissão, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) tem conseguido diminuir a criminalidade através de programas de segurança focados na inclusão social e na recuperação de jovens com a ajuda do esporte.

As garantias financeiras apresentadas pelos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal) foram ressaltadas. O Brasil pretende investir US\$ 2,82 bilhões, cerca de R\$ 5,3 bilhões. O orçamento brasileiro, entretanto, fica atrás do de Chicago (US\$ 3,8 bilhões) e Tóquio (US\$ 2,86 bilhões). (COI, 2009)

Para o processo final para eleição da cidade sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016, 106 membros do COI reuniram-se, em Copenhague (Dinamarca) na 121ª Sessão do COI, nos dias 01 e 02 de outubro de 2009. As votações ocorreram no segundo dia e, a cada rodada, a cidade menos votada era eliminada (PERGUNTAS, 20??).

Na primeira rodada Chicago foi eliminada com 18 votos (Tóquio recebeu 22, Madri, 28 e Rio de Janeiro, 26). Na segunda rodada quem caiu foi Tóquio, com 20 votos (Madri recebeu 29 e o Rio, os outros 46). Na disputa final, o Rio de Janeiro venceu com 66 votos contra 32 de Madri (PERGUNTAS, 20??).

No Rio de Janeiro, a prefeitura fluminense armou um palco na beira da praia de Copacabana para que os moradores acompanhassem o processo de eleições. Após a vitória houve muita festa e comemoração.

Finalizado o processo de votação, dúvidas sobre sua lisura foram trazidas pelo governador de Tóquio, Shintaro Ishihara. Segundo ele a candidatura do Rio de Janeiro já havia sido ganha através de “questões de bastidores” – insinuando que o presidente Lula havia feito promessas ilegais para barganhar tal conquista (COB, 2009).

4 OS MEGAEVENTOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO RIO DE JANEIRO E NO BRASIL

“...passei a imaginar: e se a bela imagem do (Cristo) Redentor fosse administrada por quem está no comando do nosso futebol? Poderia ser pior.

Como? (...)

O entorno (o morro e adjacências) seria anexado à sede e, provavelmente, loteado por muitos milhões cada lote, não necessariamente nesta ordem. Tentariam construir um estádio, desde que o BNDES bancasse, é claro.

O olhar estaria no Vaticano do futebol que é a sede da Fifa; um sonho e uma paixão platônica de poder. Inventariam uma competição com a participação de localidades que também possuam uma imagem semelhante, cobrando bem de todos os pretendentes. E assim por diante. Se aproximariam também dos poderes constituídos para eventuais benesses extras. Mas sem utilizar a fé como matéria-prima, porque aí seria demais. Basta o amor pelo esporte para hipnotizar desavisados. Eles não são de brincadeira, não. Costuram, caseiam para depois vender o que quer que seja em qualquer feira popular.”.

Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira (1954 – 2011)

Utilizando os elementos discutidos até o momento, iniciaremos nossa análise crítica acerca da vinda dos megaeventos e consequências desta no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro, de maneira específica.

4.1 FATORES SOCIAIS

A vinda dos megaeventos está, a cada dia, alterando a paisagem urbana de nossas cidades com suas obras e organização, mas não só isto. De forma a mostrar

ao mundo uma imagem bonita e sadia, o governo vem realizando “*limpezas*” em toda área periférica e de favelas – abrangendo inclusive a linguística. “O Presidente Lula veio ao morro Santa Marta em setembro de 2010 e propagou que temos que esquecer o nome favela, pois esse já passou e é feio” é o que diz o Rapper Fiell – Emerson Santos (2011), morador do morro Santa Marta na cidade do Rio de Janeiro.

Muitos são os fatores sociais alterados com a vinda dos megaeventos, discutiremos então, os que possuem maior visibilidade atualmente.

4.1.1 Segurança Pública e Violência

Uma das prioridades dos organizadores de megaeventos esportivos é garantir a segurança pública. No contra fluxo, a violência no Brasil tem atingido níveis alarmantes. Em um estudo de 2012, temos que “em um *ranking* de 92 países do mundo, apenas El Salvador, Venezuela e Guatemala apresentam taxas de homicídio maiores que a do Brasil (44,2 casos em 100 mil jovens de 15 a 19 anos)” (COSTA e JERONYMO, 2012). Sob o pretexto do “*combate ao tráfico*”, inúmeras mortes e outros atos de violência vêm orquestrando-se nas nossas cidades.

Em maio de 2007 mais de mil policiais (entre civis, militares e de operações especiais) invadiram o Complexo do Alemão (maior complexo de favelas do mundo), carregados de armas militares e aterrorizando os cerca de 200 mil moradores que se distribuem por cinco bairros da periferia carioca: Bonsucesso, Inhaúma, Penha, Ramos e Olaria. Inúmeros mortos e feridos (de acordo com dados oficiais, 42 mortos e 80 feridos, “entretanto, um levantamento realizado pela reportagem indica cerca de 50 mortos, 10 desaparecidos e aproximadamente 100 feridos. Uma média de quase três vítimas por dia” (SALLES, 2007a)) foram resultado de uma ação que ficou conhecida como “Massacre no Complexo do Alemão” a qual teve sua culminância no dia 27 de junho – dias antes do início dos Jogos Pan Americanos.

Com repercussão internacional, a ocupação das favelas cariocas para instalação das UPP’s tem vitimado um número incontável de moradores que não mantinham nenhuma relação com o tráfico – incluindo crianças, adolescentes e idosos. As ocupações de morros continuaram nos anos seguintes e ainda são uma

política de segurança do governo. A mídia, de forma exaustiva, mostra as cenas chocantes de invasões e tiros disparados à luz do dia. O discurso propagado pelos apresentadores dos telejornais é um, as cenas mostradas pelas câmeras é outra. Por exemplo, durante a ocupação da favela da Coreia (outubro de 2007):

[...] uma câmera de televisão captou a cena em que atiradores de um helicóptero da polícia executaram sumariamente dois rapazes que corriam, desesperados, ladeira abaixo. **Embora a televisão tenha afirmado que aqueles dois estavam atirando contra o helicóptero**, quem não é cego viu: **não havia qualquer possibilidade de reação**. (SALLES, 2007b – grifos nossos).

Para os moradores das áreas ocupadas, os danos não acabam nas mortes e ferimentos de pessoas sem qualquer culpa criminal, conforme nos mostra o dossiê de Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa:

As ações realizadas nas favelas do Complexo do Alemão [...] pelas polícias militar e civil, Exército e Marinha e a permanência da ocupação militar do local são parte do plano maior de segurança que também coloca em risco os direitos dos moradores das comunidades afetadas, com práticas como a busca e apreensão no interior das residências sem mandado judicial, revistas vexatórias de pessoas sem indicação de delito, toque de recolher e imposição de “regras especiais”, como a necessidade de aviso e permissão prévia para realização de quaisquer reuniões privadas com número de convidados além de um certo limite. Apesar do elo nem sempre ser expresso na mídia e na fala dos representantes do Poder Público, em recente entrevista o diretor de Produtos e Destinos da EMBRATUR defendeu as ações como parte da construção de uma imagem positiva do Brasil no exterior de modo a alcançar o pleno aproveitamento do potencial turístico dos megaeventos.¹³ (ANCOP, 2012a, p. 89).

A secretária geral do Instituto Carioca de Criminologia, Vera Malaguti Batista, em entrevista a Emilio Ruchansky esclarece as ocupações de favelas: “Tenemos una evaluación totalmente negativa de una ocupación bélica de las favelas. Es una estrategia para hacer una higienización de la ciudad para los grandes negocios transnacionales olímpicos y futbolísticos”¹⁴ (2011). Na sequência da entrevista ela esclarece o termo ‘pacificação’ e traz dados:

¹³ Para atestar os dados aqui levantados o dossiê recomenda a visualização das seguintes páginas: <<http://www.fazendomedia.com/desconstruindo-o-consenso/>>, < <http://www.fazendomedia.com/paz-sem-voz-e-medo/>>

<<http://www.portal2014.org.br/noticias/6410/EMBRATUR+NEGA+QUE+ACAO+POLICIAL+NO+RJ+AFETE+IMAGEM+TURISTICA+DO+BRASIL.html>>.

¹⁴ A tradução livre de tal trecho corresponde a: “Temos uma avaliação totalmente negativa de uma ocupação bélica das favelas. É uma estratégia para fazer uma higienização da cidade para os grandes negócios transnacionais olímpicos e futebolísticos”.

“Pacificación”, para quien conoce la historia de Brasil, equivale a “dominación de territorio”. [...] En este momento la policía de Río es la que más mata en el mundo. Este mes están “conmemorando” que sólo hubo 800 muertos al año porque se llegó a 1500 hace tres años. Esa es la “pacificación”, una especie de Pax romana.¹⁵ (BATISTA, 2011)

Mesmo diante de informações tão chocantes, não podemos pensar que a violência atinge a todas as pessoas da mesma forma. Com as declarações do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro (em 3 de outubro de 2007): "Um tiro em Copacabana é uma coisa; um tiro na [favela da] Coréia, um tiro no Complexo do Alemão, é outra" (EDITORIAL, 2007) e do governador do Estado, Sérgio Cabral (em 22 de outubro de 2007) "Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal" (FREIRE, 2007) podemos compreender a visão excludente e burguesa que o governo não se envergonha de demonstrar.

Indo além das questões referentes às UPP's, a segurança para os megaeventos incluem outros itens polêmicos - o primeiro diz respeito à privatização dos espaços públicos.

O contrato assinado entre a FIFA e as cidades-sedes da Copa indica que os estádios serão entregues à FIFA um mês antes do evento e permanecerão sob sua responsabilidade até duas semanas depois do mesmo para que ela possa melhor explorá-los. (COP-RJ, 2012, p. 51).

Isto, nada mais é do que a privatização de lugares públicos para fins privados. Sem contar que o Estado não poderá “comandar” a segurança destas áreas, mas pagará por tal serviço: “Os agentes de segurança serão contratados e trabalharão para a FIFA, mas suas despesas serão pagas com recurso público” (COP-RJ, 2012, p. 51). Logo, temos dinheiro público investido para garantir os interesses e lucros de uma empresa suíça onde estarão atuando empresas privadas de segurança junto com as forças de segurança estatais.

Outros pontos polêmicos incluem a utilização do dinheiro público (grandes somas dele) para contratação de empresas privadas para o serviço de segurança e

¹⁵ A tradução livre de tal trecho é: "Pacificação", para quem conhece a história do Brasil, equivale a 'dominação de território'. [...] Neste momento a polícia do Rio é a que mais mata no mundo. Este mês estão 'conmemorando' que houve apenas 800 mortos no ano; há três anos se chegou a 1.500. Essa é a 'pacificação', uma espécie de Pax Romana."

a permanência dos sistemas de vigilância após os megaeventos – e a consequente discussão sobre até que ponto eles não estariam violando direitos individuais e de associação coletiva. Inclusive, em janeiro deste ano, o pedido de demissão do então diretor da Secretaria de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça, Luiz Fernando Corrêa, tornou público o quão problemático pode ser este setor – visto que Corrêa é réu em um processo no qual o MPF o acusa de ter lesado os cofres nacionais em pelo menos R\$ 18 milhões (na época que coordenava os serviços de segurança dos Jogos Pan-Americanos de 2007) (KONCHINSKI, 2012).

Estes dados nos permitem visualizar de que forma tem sido tratada a questão da segurança pública para os referidos megaeventos. A população está cada vez mais acuada e sofre os reveses das ações policiais e militares para que organizações internacionais possam ter garantidos seus lucros e segurança.

4.1.2 Moradia

Certamente este é um dos pontos com maior repercussão popular. Uma das garantias constitucionais, o direito à moradia vem sendo sumariamente violado com a proximidade dos megaeventos e o avançar de suas obras. Em um país onde o déficit habitacional em 2008 foi estimado em 5,5 milhões de unidades – mais de 426 mil somente do estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 2011) sendo que boa parte das existentes possuem um grande padrão de precariedade, a expulsão sumária de indivíduos dos locais onde residem nos parece, no mínimo, criminosa.

As violações do direito humano à moradia, cometidas pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, através da prática das remoções não são casos isolados, mas se constituem numa política de reorganização do lugar dos pobres na cidade do Rio de Janeiro, conforme os interesses imobiliários e as oportunidades de negócios. O que fica claro no caso do Rio de Janeiro é que o projeto de atração de investimentos tão propagandeado pelo poder público municipal e estadual com a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 tem como um componente importante a expulsão dos pobres das áreas valorizadas ou que serão contempladas com investimentos públicos. (COP-RJ, 2012, p. 8).

“Embora não haja dados oficiais, é estimada a remoção de ao menos 2.000 a 2.500 famílias, sendo a maior parte de áreas de população de baixa renda, com

casos de desapropriações formais e outros sem informação quanto ao mecanismo de remoção” (COMITÊS, 2012). Com relação ao Rio de Janeiro “estão previstos R\$ 954 milhões para a construção das obras. Mais de 500 famílias serão atingidas, muitas delas estabelecidas há cerca de quatro décadas nos locais” (FRANCISCO NETO, 2012). A população removida demonstra o quão contraditórias são as notícias divulgadas pela mídia e a impressão que estas causam quando comparadas à realidade:

Michel, ex-morador da Restinga, tinha uma unidade mista, ou seja, casa e comércio que foi marcada apenas como estabelecimento comercial pela Prefeitura, logo não teve direito a nenhuma compensação pela demolição. Michel desabafa:
 “Me sinto um otário, porque quando o Brasil ganhou esta porcaria de Olimpíada eu estava na Linha Amarela com meu carro, fiquei buzinando igual um bobão. Agora estou pagando por isso. Isso que é Copa do Mundo? Isso que é espírito olímpico?” (ANCOP, 2012, p. 31).

As remoções que vêm sendo orquestradas em nome da Copa e das Olimpíadas caracterizam-se por promover processos de espoliação urbana nos quais os imóveis em posse das classes populares e marginalizadas são usurpados por outros agentes sociais-econômicos a preços aviltados. Estes, através de processos de revitalização ou reurbanização, são transformados em novos ativos nos circuitos de valorização econômica, permitindo altos ganhos de capital, na forma de mais valia fundiária e/ou das novas atividades econômicas as quais darão lugar (COP-RJ, 2012, p. 9).

Em seu relatório à ONU, Raquel Rolnik¹⁶ defendeu que:

Quando los desalojos son justificados, deben llevarse a cabo con estricto cumplimiento de las disposiciones pertinentes de los instrumentos internacionales de derechos humanos y de conformidad con los principios generales de sensatez y proporcionalidad. En particular, deben aplicarse las siguientes protecciones procesales: a) dar la oportunidad de auténticas consultas con los afectados; b) notificar de manera adecuada y razonable a todas las personas afectadas antes de la fecha prevista de desalojo; c) proporcionar información en el momento oportuno a todos los afectados sobre los desalojos propuestos y, cuando proceda, sobre el fin distinto para el cual ha de utilizarse la tierra o la vivienda; d) deben estar presentes funcionarios gubernamentales o sus representantes durante los desalojos, especialmente cuando se trate de grupos de personas; e) todas las personas que lleven a cabo el desalojo deben estar adecuadamente identificadas; f) los

¹⁶ Relatora especial da ONU para a Moradia Adequada.

desalojos no deben realizarse en malas condiciones climáticas o por la noche, a menos que lo consientan las personas afectadas; g) deben proporcionarse recursos legales; y h) debe suministrarse, cuando sea posible, asistencia letrada a las personas que la necesiten para pedir reparación a los tribunales. Aun cuando los desalojos estén justificados y se los efectúe conforme a las protecciones procesales apropiadas, no deben tener como consecuencia dejar sin techo a las personas, y el Estado debe adoptar todas las medidas adecuadas, dentro del máximo de los recursos de que dispone, para proporcionar vivienda, reasentamiento o acceso a tierra productiva¹⁷. (AG-UN, 2009, p. 12-13).

Perante isso notamos que a ONU tem sido informada dos ultrajes ocorridos no Brasil e Rio de Janeiro com relação à moradia. Apesar de ter lançado “orientações aos países”, mais uma vez este órgão coloca-se ao lado do interesse capitalista dominante já que nenhuma medida realmente efetiva foi tomada até então.

4.1.3 Mobilidade Urbana

A mobilidade urbana está vinculada ao direito à moradia, enquanto direito humano, visto que este não compreende apenas a instalação domiciliar em si, mas também o “direito de toda pessoa ter acesso a um lar e uma comunidade seguros para viver em paz, com dignidade e saúde física e mental” (COP-RJ, 2012, p. 32).

Sendo assim, o direito à moradia adequada deve incluir, entre outros requisitos, **uma localização adequada**. É neste item, especificamente, que entra a mobilidade, pois para ser adequada, a moradia deve estar em local que ofereça oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural e social. *Isso quer dizer que nas proximidades do local da moradia deve haver oferta de*

¹⁷ A tradução livre para tal trecho é: “Quando os despejos são justificados, devem-se levar a cabo com estrito cumprimento das disposições pertinentes dos instrumentos internacionais de direitos humanos e em conformidade com os princípios gerais de sensatez e proporcionalidade. Em particular, devem se aplicar as seguintes proteções processuais: a) dar a oportunidade de autênticas consultas aos afetados; b) notificar de maneira adequada e razoável todas as pessoas afetadas, antes da data prevista para o despejo; c) proporcionar informação, no momento oportuno e a todos os afetados, sobre os despejos propostos, e quando se o proceda, sobre a finalidade para a qual se quer utilizar determinada terra ou moradia; d) devem estar presentes funcionários governamentais ou seus representantes durante os despejos, especialmente quando se trate de grupos de pessoas; e) todas as pessoas que levem a cabo um despejo devem estar adequadamente identificadas; f) os despejos não devem se realizar em más condições climáticas ou à noite, a menos que assim concordem as pessoas afetadas; g) devem ser proporcionados recursos legais; h) deve ser fornecida, quando for possível, assistência letrada às pessoas que a necessitem para pedir reparação aos tribunais. Mesmo quando os despejos sejam justificados e sejam efetuados conforme as proteções processuais apropriadas, não devem ter como consequência deixar as pessoas sem teto, e cabe ao Estado adotar medidas adequadas, dentro do máximo de recursos de que dispõe, para proporcionar moradia, reasentamento ou acesso a terra produtiva.

*empregos e fontes de renda, meios de sobrevivência, **rede de transporte público**, supermercados, farmácias, correios, e outras fontes básicas de abastecimento.* (COP-RJ, 2012, p. 32, grifos do autor).

O morador da periferia está privado de serviços públicos de qualidade – ou, pelo menos, com a qualidade que se encontra nas áreas centrais. Para que tal problema possa ser solucionado faz-se necessária uma redução na desigualdade social com concomitante redistribuição igualitária dos serviços públicos essenciais. Enquanto isso não acontece, garantir transporte público a todos é ainda mais indispensável para que um cidadão da periferia tenha acesso aos seus direitos à saúde, educação, cultura e diversão.

Cabe aqui uma ressalva: temos no Brasil, no que tange ao sistema de transporte, uma inversão de significados. Popularmente chama-se de transporte público, o transporte coletivo – não podemos entender enquanto público um serviço realizado por uma empresa privada na qual a população tem que dispor dos seus proventos para a possibilidade de utilização.

Apesar de termos cobrança individual das passagens no transporte coletivo e estas sofrerem reajustes que não condizem às taxas de inflação do período (ocorrendo sempre o ajustamento do preço para um valor superior às referidas taxas), este serviço está longe de ser suficiente ao contingente populacional. Em muitas cidades, como é o caso do Rio de Janeiro, o transporte irregular passa a ser uma solução paliativa às superlotações, falta de veículos, insuficiência com relação à tabela horária entre outras deficiências.

Com a proximidade dos megaeventos, uma onda de otimismo preenche de perspectivas os problemas da mobilidade urbana – a ideia é que surjam soluções mais eficientes, seguras, confortáveis e sustentáveis. A política de mobilidade é uma das que mais receberá recursos dentro do orçamento “aos megaeventos”.

No Rio de Janeiro, estão previstas diversas obras de infraestrutura, alterações no trânsito e no sistema de circulação dos ônibus e investimento na infraestrutura cicloviária. Esse conjunto de intervenções, que tem sido denominado pelas autoridades de “Revolução nos Transportes”, inclui a implantação de BRT's (Bus Rapid Transit), alongamento da Linha 1 do Metrô e a implantação dos sistemas BRS's (Bus Rapid System). (COP-RJ, 2012, p. 32).

Porém, o que a população tem vivenciado não representa o que entendemos enquanto “*revolução*”.

Conforme já foi dito, os reajustes de passagens não deveriam receber esta denominação pelo simples motivo que a política tarifária tem se dado a partir de aumentos abusivos – muito acima dos índices inflacionários, os quais não são nem previamente anunciados à população. No Rio de Janeiro, em janeiro de 2012, a passagem de ônibus que custava R\$ 2,50 passou a custar R\$ 2,75 (aumento de 10%); a passagem do metrô passou de R\$ 2,80 para R\$ 3,10 (tornando-se a passagem de metrô mais cara do país). As duas linhas de metrô cariocas, realizam trajetos praticamente retilíneos que cobrem somente pequena parte da cidade – condição considerada “*provinciana*” quando comparada aos sistemas metroviários de outras grandes cidades, como São Paulo e Nova Iorque. Logo após as eleições municipais deste ano (novembro) o prefeito reeleito, Eduardo Paes, anunciou um novo aumento tarifário para janeiro – este foi motivado devido a exigências da prefeitura às empresas de transporte, as quais incluíam a instalação de ar condicionado e piso baixo em toda frota. De acordo com as estimativas, a passagem passará a custar R\$ 3,05 e será a mais cara do Brasil (COM, 2012). Percebemos então que, mais uma vez, a população terá que pagar para que as empresas privadas façam as adaptações necessárias nos seus veículos – os quais não deveriam nem estar rodando sem estas.

Em fevereiro a passagem dos trens foi reajustada de R\$ 2,80 para R\$ 2,90 por viagem. Pode parecer uma diferença pequena, mas chega a uma soma considerável ao final do mês. Concomitante a isso, o sistema ferroviário carioca é considerado um dos piores meios de transporte da cidade - com seus constantes atrasos, superlotação, truculência dos funcionários para com a população, falta de segurança e carros com temperaturas bastante elevadas; manifestações populares clamando pela sua melhoria eclodem com bastante frequência. O sistema de transporte por barcas, utilizado diariamente por milhares de passageiros que precisam transpor o trecho Rio-Niterói, passou em março de R\$ 2,80 para R\$ 4,50 (atingindo a marca inacreditável de mais de 60,7% de aumento). Com relação a este último serviço, para além dos atrasos e superlotação, os usuários são obrigados a conviver com a insegurança que coloca suas vidas em risco de maneira mais contundente que os transportes terrestres.

O Poder Público promete a “revolução nos transportes”, construindo as vias Transcarioca, Transolímpica e Transoeste (todas BRT's), e o metrô Lagoa-Barra (alongamento da Linha 1) todos ligados à realização da Copa e dos Jogos Olímpicos. Por outro lado, a população clama por serviços de transporte de massa em outras direções e para outras regiões da cidade. Ou seja, enquanto hoje o serviço de transporte coletivo oferecido à população se configura como caro, precário e insuficiente para a demanda existente, o cenário que se desenha para o futuro é o de investimentos em transporte no Rio de Janeiro que, ao invés de atenderem à demanda existente, tornam possível a ocupação de áreas vazias ou pouco densas, visando e promovendo a valorização imobiliária e a expansão irracional da malha urbana. (COP-RJ, 2012, p. 35).

Podemos perceber que há uma concentração territorial majoritária para os investimentos em mobilidade urbana. Primeiramente os investimentos concentram-se na capital, restando pouco às cidades da região metropolitana fluminense. Dentro desta, de forma maciça, as melhorias são concentradas na Zona Sul e Barra da Tijuca – deixando claro a quem servirão tais melhorias e excetuando, mais uma vez os moradores das periferias.

4.2 FATORES ECONÔMICOS

A realização da Copa de Mundo e das Olimpíadas (2014 e 2016, respectivamente) tem como agente econômico protagonista o poder público. O histórico brasileiro, e carioca, relacionado a gastos com megaeventos não é nada bom. O Pan-Americano de 2007 foi a edição mais dispendiosa entre os jogos Pan-Americanos realizados até aquele ano. Orçado inicialmente em 390 milhões de reais, este evento custou aos cofres públicos a exorbitante cifra de R\$ 3,3 bilhões (envolvendo aqui as três esferas do governo) e até hoje seus processos de desvios financeiros e superfaturamentos de obras ainda correm nos tribunais brasileiros.

Nossa análise será realizada de forma superficial, visto que as informações disponíveis sobre os investimentos públicos são ainda muito deficitárias. Até agora não se sabe quanto será gasto e de que forma os recursos serão utilizados. Nos portais eletrônicos do governo, os quais objetivam a transparência quanto ao uso de

recursos públicos nestes megaeventos, as informações são insuficientes e, às vezes, desatualizadas e contraditórias, dificultando que uma análise mais aprofundada possa ser realizada (COP-RJ, 2012, p. 68).

Segundo o relatório do TCU sobre a Copa do Mundo, atualmente os gastos previstos com este megaevento estão estimados em R\$ 29,3 bilhões - sendo R\$ 6,8 bilhões relacionados à construção dos estádios (23,2%), R\$ 11,8 bilhões nas obras de mobilidade urbana (40,27%), R\$ 2,5 bilhões para segurança pública (8,53%), R\$ 0,9 bilhões nos portos (3,07%) e R\$ 0,4 bilhões em telecomunicações (1,37%); afora estes ainda há investimentos em turismo e saúde (BRASIL, 2012b). Somente no Rio de Janeiro há uma estimativa de gasto próxima aos R\$ 3,9 bilhões de reais (13,7% do total).

Em relação às Olimpíadas, o Dossiê de Candidatura Rio 2016, documento usado na seleção de qual cidade iria sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016, prevê R\$12.518,24 milhões em investimentos, **sendo R\$ 11.881,54 milhões (94,91%) de investimento público** e R\$ 636,70 milhões do COJO (Comitê Organizador Rio2016). (COP-RJ, 2012, p. 68 – grifos nossos).

Visto que o enfoque do nosso estudo concentra-se na cidade do Rio de Janeiro, cabe a nós somente citar o fato do imenso investimento feito na reforma e construção de estádios para a Copa em cidades como Cuiabá e Manaus, os quais sem times de expressão popular tendem a virar grandes “*elefantes brancos*” aos cofres públicos – que arcarão com os gastos de manutenção daqueles.

Voltando a nossa análise, algumas questões emergem das informações que estão disponíveis. Tendo em vista o montante de recursos e os impactos das intervenções a este destinadas, o fato das decisões relativas a este investimento não passarem por uma ampla discussão democrática, envolvendo todos os segmentos sociais e colocando em pauta o projeto de cidade que está sendo construído, chama nossa atenção.

[...] o projeto Olímpico do Rio de Janeiro, não obstante eventuais efeitos pontuais positivos, expressa um padrão autoritário de intervenção pública e contraria as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001) que, no seu segundo artigo, estabelece o direito à participação da população na definição de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (COP-RJ, 2012, p. 70).

Outras questões que devemos ater nossa atenção já foram abordadas neste estudo e apontam: 1) concentração territorial para destinação dos gastos totais, principalmente em áreas como Zona Sul, Barra da Tijuca e centro da cidade – deixando clara a subordinação das decisões relativas aos grandes interesses imobiliários; 2) a utilização de todo este investimento público para fins privados – vide as, já previstas, concessões de grande parte das obras (como estádios e instalações de delegações) para empresas privadas e também as exigências da FIFA e do COI quanto aos recursos financeiros gerados durante os eventos.

Trazemos o exemplo do Estádio Mário Filho (Maracanã), cuja obra de revitalização já consta com mais de R\$ 860 milhões provenientes de recursos do estado.

O valor da outorga anual previsto no edital é de R\$ 7 milhões, a serem quitados em 33 parcelas anuais, com dois anos de carência. Ou seja: o governo estadual receberá apenas R\$ 231 milhões passados os 35 anos, ou 26,86% do total investido, caso a concessão ocorra pelo valor mínimo. (MAGALHÃES, 2012).

Ainda com relação a este assunto, para “*melhorar o entorno*” do estádio (uma das exigências da FIFA) estão previstas a demolição da Escola Municipal Friedenreich (a qual dará espaço a duas quadras de aquecimento) e também do Museu do Índio. Estes não são casos isolados dentro das obras da Copa e das Olimpíadas, demonstrando, mais uma vez, quais interesses são primordiais dentro da pauta do governo.

[...] a Prefeitura do Rio de Janeiro, através do Decreto n. 31.182, de 05 de outubro de 2009, instituiu o “Rio Escritório de Negócios” para articular e identificar oportunidades de negócios e investimentos na cidade, constituindo-se na referência institucional da Prefeitura para atração e viabilização de investimentos nacionais e internacionais destinados à cidade. O decreto expressa claramente o principal objetivo do legado do projeto Olímpico: transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma cidade-empresa. Nessa perspectiva, estão entre os seus principais objetivos (i) identificar e articular oportunidades de investimentos nos setores econômicos definidos como estratégicos pela Prefeitura do Rio de Janeiro; (ii) prestar assistência a investidores, incluindo o auxílio no acesso a informações e dados; (iii) potencializar a imagem da Cidade do Rio de Janeiro, no Brasil e no Exterior, como polo de realização de negócios; e (iv) articular parcerias institucionais públicas e privadas para estimular investimentos na Cidade do Rio de Janeiro. (COP-RJ, 2012, p. 71)

Cabe ainda uma última análise, nesta avaliação dos fatores econômicos. Para os trabalhos da Copa, a FIFA abriu um programa de voluntariado – atitude habitual

nos eventos desta entidade. Em um país onde o salário mínimo traz a soma irrisória de R\$ 622, temos um evento com estimativa de lucro em uma faixa de mais de 3,5 bilhões de dólares no qual sua entidade organizadora não pretende pagar pelo trabalho de milhares de envolvidos (os quais, indiretamente pelo uso de seus impostos, já estão arcando com o peso financeiro da Copa). Esta situação não poderia ser mais absurda! Para tal trabalho voluntário é feita a exigência de trabalho de 10 horas por dia, durante 20 dias – as quais terão como benefícios somente a refeição, o transporte e o uniforme. Desta maneira é fácil entender o lucro do evento.

Sintetizando a discussão aqui orquestrada, há claros indícios que as profundas transformações em curso na cidade de Rio de Janeiro estão diretamente ligadas aos interesses dominantes do capitalismo, envolvendo novos processos de mercantilização da cidade e novos padrões de ligação entre o Estado e os agentes econômicos e sociais.

4.3 FATORES POLÍTICOS

Nesta última categoria de análise, decidimos nos concentrar em uma avaliação sobre a Lei Geral da Copa haja vista as discussões existentes com relação a esta e seus confrontos com a legislação brasileira pré-existente. Destacamos que outras medidas legislativas e políticas já foram tomadas de forma a garantir as exigências de órgãos como FIFA e COI, desde a decisão da candidatura para sede dos referidos megaeventos, mas estas não estarão aqui analisadas, de forma específica.

O Projeto de Lei é datado de 2011 e a lei foi aprovada em 2012. Apesar do “longo tempo” (definição relativa se considerarmos a influência de tal lei no cenário brasileiro) para que a aprovação fosse concretizada, as discussões acerca da Lei no. 12663 de 5 de junho de 2012, não abrangeram a totalidade dos setores que a ela estão envolvidos.

A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa lançou uma moção de repúdio à Lei Geral da Copa, na qual define:

Ela constitui o documento central de um conjunto de leis de exceção que vem sendo editadas nos três níveis federativos do país, de forma a garantir que a Copa do Mundo maximize o lucro da FIFA, de seus patrocinadores e de um conjunto de corporações nacionais, ampliando o canal de repasse de verbas públicas a particulares e fortalecendo um modelo de cidade excludente, que reproduz a lógica da especulação imobiliária e do cerceamento ao espaço público. (ANCOP, 2012b)

Em um de seus pontos mais polêmicos, a Lei Geral da Copa suspende o veto à venda de bebidas alcóolicas nos estádios, presente no Estatuto do Torcedor (legislação federal), durante o período de jogos da Copa de Mundo e da Copa das Confederações, visando o cumprimento dos acordos já realizados com os patrocinadores mundiais dos eventos. Consta na Lei: “Art. 67. Aplicam-se subsidiariamente às Competições, no que couber e exclusivamente em relação às pessoas jurídicas ou naturais brasileiras, exceto às subsidiárias FIFA no Brasil e ao COL, as disposições da Lei nº9.615, de 24 de março de 1998” (BRASIL, 2012a).

Com relação ao direito de trabalho informal:

Art. 11. A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso.

§ 1º Os limites das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, considerados os requerimentos da FIFA ou de terceiros por ela indicados, atendidos os requisitos desta Lei e observado o perímetro máximo de 2 km (dois quilômetros) ao redor dos referidos Locais Oficiais de Competição. (BRASIL, 2012a).

Tal artigo nos traz a proibição de vendedores ambulantes no entorno dos estádios prejudicando não somente estes, que não poderão trabalhar e garantir sua fonte de renda, mas também aos torcedores que serão obrigados a pagar as abusivas quantias praticadas dentro dos estádios.

No Capítulo IV (artigos 22, 23 e 24), a União é colocada em posição submissa à FIFA, sendo responsável por qualquer dano e prejuízo aos eventos de que trata a Lei (vale ressaltar, evento este com fins privados).

Na sequencia dos artigos 31 a 34, a Lei “cria novos tipos penais e restringe a liberdade de expressão e a criatividade brasileira. Chargistas, imprensa e toda a torcida que usar os símbolos da Copa podem ser processados” (ANCOP, 2012b). Tais resoluções nos trazem lembranças de um período de censura de imprensa diante de um organismo internacional privado a qual o governo submeteu-se.

A total falta de preocupação com a educação, por parte do governo, é demonstrada ao instituir que:

Em 2014, os sistemas de ensino deverão ajustar os calendários escolares de forma que as férias escolares decorrentes do encerramento das atividades letivas do primeiro semestre do ano, nos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, abranjam todo o período entre a abertura e o encerramento da Copa do Mundo FIFA 2014 de Futebol. (BRASIL, 2012a).

A perda de autonomia das instituições de ensino está claramente destacada visto que o calendário escolar deverá adequar-se ao calendário de uma competição esportiva.

Ainda com relação ao calendário, a União poderá declarar feriado os dias de jogos da seleção brasileira e, cada município e estado também terão direito a feriados nos dias de jogos em seus territórios. Percebemos aqui a clara utilização do esporte enquanto política de alienação e hegemonia, inclusive liberando a população do trabalho para aumentar a possibilidade de acompanhar os jogos da Copa.

A partir do que foi apresentado percebemos a Lei Geral da Copa como um enorme retrocesso político que representa somente aos interesses dominantes e submete a União como um todo e os seus cidadãos às vontades manifestadas pela FIFA.

4.4 REVÉS DOS MEGAEVENTOS – A ORGANIZAÇÃO POPULAR

Na contramão dos objetivos aos quais servem os megaeventos, nas cidades que sediarão os jogos da Copa, surgem os comitês populares da Copa. Auto-

organização popular que busca, através de ações de divulgação e enfrentamento, opor-se às constantes violações dos direitos humanos e sociais que vêm ocorrendo com a construção dos megaeventos.

Os Comitês Populares Locais são resultado de mobilizações nas cidades-sede da copa de iniciativa de movimentos sociais organizados, universidades e entidades da sociedade civil. Em cada cidade reflete a organização dos atingidos e da sociedade local em sua luta contra as Violações de Direitos decorrentes da realização dos jogos da Copa 2014, e no Rio de Janeiro, também das Olimpíadas 2016. (ANCOP, 201?).

A mobilização popular constitui-se como um poderoso instrumento contra os ditames capitalistas e às subordinações que estes impõem diariamente à grande massa da população. De forma a divulgar as violações aos direitos humanos e constitucionais decorridas da construção dos megaeventos no Brasil a ANCOP lançou um dossiê, o qual foi bastante utilizado durante nosso estudo e que já está na sua segunda edição.

Com relação ao Rio de Janeiro de forma específica, temos uma população que já sofreu os reveses de um megaevento esportivo (Jogos Pan-Americanos de 2007). Segundo a nota do Comitê Local:

A experiência dos Jogos Pan Americanos em 2007 nos mostra a fragilidade do governo brasileiro de estabelecer um processo de gestão democrática e transparente dos gastos públicos, e de estabelecer um espaço de interlocução efetiva com a sociedade sobre o legado dos Jogos. O resultado são equipamentos abandonados, jogados à iniciativa privada e nenhum retorno positivo para sociedade, em termos de melhorias sociais, urbanas e ambientais para a cidade.

[...] Por isso, assim como em outras cidades (Fortaleza, São Paulo, Recife, Brasília, Porto Alegre), no Rio de Janeiro, movimentos sociais, ONG's, instituições acadêmicas, lideranças populares e os atingidos/as pelas ações arbitrárias da prefeitura também estão se mobilizando para resistir à construção de uma cidade de exceção e pressionar para estabelecer um processo amplo e democrático de discussão sobre qual deve ser o real legado dos Megaeventos. (COP-RJ, 2010).

Reverenciamos as ações destes comitês, as quais visam à participação popular e divulgação das atrocidades cometidas – a luta pela liberdade individual perpassa a organização coletiva. Concordamos que somente através do fortalecimento destes grupos com objetivos comuns atingiremos o objetivo de estabelecer um processo amplo e democrático de discussão que defina qual deve

ser o real legado dos megaeventos, quem deverá pagar essa conta e a qual a destinação final das obras já em construção e nos somamos nesta luta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o término deste trabalho, algumas questões devem ser explicitadas. Primeiramente gostaríamos de expor a dificuldade em obter documentos oficiais que tratassem das obrigações políticas do Brasil para com as entidades organizadoras da Copa (FIFA) e das Olimpíadas (COI). A existência de tais documentos é atestada por diversos meios de reportagens, porém os documentos são quase que totalmente indisponíveis.

Da mesma forma refazemos a crítica aos portais de transparência do governo e TCU, os quais possuem dados contraditórios e insuficientes para que uma análise clara e direta, acerca dos gastos com os megaeventos, seja desenvolvida. Com objetivos claros, os dados acerca das remoções praticamente não constam nos meios de comunicação oficiais dos eventos e/ou governo.

Com relação as nossas conclusões, acreditamos ter conseguido demonstrar nosso entendimento de sociedade e esporte – e, também, o papel que este tem servido naquela, nos dias atuais. A hegemonia, enquanto forma de dominação burguesa na sociedade capitalista, continua, a cada dia, renovando-se e ganhando novas roupagens e instrumentos de intervenções.

Na contextualização histórica com relação à vinda dos megaeventos, já pudemos perceber o quanto de jogo político e financeiro estava envolvido. O governo brasileiro e os órgãos relacionados demonstraram sua submissão aos ditames das entidades organizadores, concordando com cada exigência solicitada por estas.

Os fatores sociais, econômicos e políticos aqui criticados representam somente a ponta do iceberg. Com certeza, durante e após a realização do Mundial de Futebol e dos Jogos Olímpicos, novos dados surgirão de forma a complementar esta pesquisa aqui iniciada.

Pensando neste estudo somente como o início de uma sistematização crítica, podemos confirmar que, até o momento, o uso dos megaeventos esportivos no Brasil (especificamente, no Rio de Janeiro) deu-se para fins de manutenção do poder burguês dominante. As diversas mudanças na arquitetura urbana e política

das grandes cidades brasileiras, em especial, do Rio de Janeiro têm utilizado o esporte e os megaeventos como pretexto para realização de "higiene social".

A população como um todo sofre com as remoções, com os investimentos centralizados em áreas de especulação imobiliária, com a diminuta melhoria na mobilidade urbana (especialmente quando comparada à elevação de tarifas dos transportes coletivos), com a aprovação de legislações que inibem direitos adquiridos entre outras mazelas.

Enquanto a Copa e as Olimpíadas ganham bilhões de investimento oriundos dos cofres públicos, as filas de espera por consultas no SUS aumentam a cada dia, assim como os índices de analfabetismo funcional e o déficit habitacional.

Nossa luta não é contra a vinda dos megaeventos. Nossa luta dá-se contra a violação dos direitos, contra a precarização dos serviços essenciais como segurança, educação e saúde, contra a criminalização da pobreza, contra a utilização do Estado e do dinheiro público para fins privados. E é contra isso que continuaremos lutando.

REFERÊNCIAS

APÓS visita ao Rio de Janeiro, comissão de avaliação do COI chega à Madri. **Globo Esporte.com**. Madri, 04 de maio de 2009. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Mais_Esportes/0,,MUL1107493-16317,00-APOS+VISITA+AO+RIO+DE+JANEIRO+COMISSAO+DE+AVALIACAO+DO+COI+CHEGA+A+MADRI.html>. Acesso em 14 de agosto de 2012.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA (ANCOP). Apresentação dos Comitês Populares. **Portal Popular da Copa e das Olimpíadas**. [s.l.] 201?. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=360&Itemid=278>. Acesso em 14 de dezembro de 2012.

_____. **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil**. [s.l.] 2. ed., Junho de 2012 a. 124p.

_____. Nota de Repúdio à Aprovação da Lei Geral da Copa na Comissão Especial. **Portal Popular da Copa e das Olimpíadas**. [s.l.], 8 de março de 2012b. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=230:lei-geral-da-copa-um-%E2%80%9Cchute-no-traseiro%E2%80%9D>. Acesso em 14 de outubro de 2012.

ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS (AG-NU). **Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación a este respecto, Sra. Raquel Rolnik**. Consejo de Derechos Humanos, 13º período de sesiones. Geneva, 18 de dezembro de 2009.

BATISTA, Vera Malaguti. Dialogos com Vera Malaguti Batista. [Buenos Aires]: In: **Página/12**, Dialogos, 5 de setembro de 2011. Entrevista concedida a Emilio Ruchansky. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-176070-2011-09-05.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2008** / Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. 140 f., Elaboração: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. Brasília, Ministério das Cidades, 2011.

_____. **Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012**. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970. Brasília, 2012 a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2012.

_____. Tribunal de Contas da União. **O TCU e a Copa do Mundo de 2014: relatório de situação: dezembro de 2012** / Tribunal de Contas da União. 88f. Brasília: TCU, 2012b.

COB oficializa candidatura do Rio 2016 com cartas de garantia dos três níveis de governo. **Notícias, Rio 2016 tm.** 21 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.rio2016.org/noticias/noticias/cob-oficializa-candidatura-do-rio-2016-com-cartas-de-garantia-dos-tres-niveis-de-0>>. Acesso em 14 de agosto de 2012.

COB vai encaminhar protesto ao COI após declarações de governador de Tóquio. **Globo Esporte.com**, Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Olimpiadas/0,,MUL1330597-17698,00-COB+VAI+ENCAMINHAR+PROTESTO+AO+COI+APOS+DECLARACOES+DE+GOVERNADOR+DE+TOQUIO.html>>. Acesso em 14 de novembro de 2012.

COI anuncia Rio de Janeiro e mais seis cidades como aspirantes aos jogos olímpicos de 2016. **Notícias, Rio 2016 tm.** [s.l.] 14 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.rio2016.org/noticias/noticias/coi-anuncia-rio-de-janeiro-e-mais-seis-cidades-como-aspirantes-aos-jogos-olimpicos>>. Acesso em 26 de novembro de 2012.

COI elogia foco social do Rio para 2016, mas hospedagem e transporte preocupam. **Globo Esporte.com**, Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2009. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Mais_Esportes/0,,MUL1289489-16317,00-COI+ELOGIA+FOCO+SOCIAL+DO+RIO+PARA+MAS+HOSPEDAGEM+E+TRANSPORTE+PREOCUPAM.html>. Acesso em 14 de agosto de 2012.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 1992.

COM reajuste, passagem de ônibus no Rio deve se tornar mais cara do país. **Tribuna Hoje – UOL**. [Rio de Janeiro], 18 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.tribunahoje.com/noticia/43278/brasil/2012/10/18/com-reajuste-passagem-de-onibus-no-rio-deve-se-tornar-mais-cara-do-pais.html>>. Acesso em 18 de novembro de 2012.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO (COP-RJ). Apresentação. **Comitê popular Copa e Olimpíadas Rio**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://comitepopulario.wordpress.com/apresentacao/>>. Acesso em 15 de dezembro de 2012.

_____. **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. 92f. Rio de Janeiro, Junho de 2012. Disponível em: <<http://comitepopulario.wordpress.com/2012/04/20/baixe-agora-dossie-megaeventos-e-violacoes-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro/#comments>>. Acesso em 13 de agosto de 2012.

COMITÊS Populares da Copa completam um ano e encontram desafios na luta contra remoções forçadas. **Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos**

(dados da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais). Curitiba, 07 de maio de 2012. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/comites-populares-da-copa-completam-um-ano-e-encontram-desafios-na-luta-contra-remocoes-forçadas/>>. Acesso em: 14 de julho de 2012.

COSTA, Gilberto; JERONYMO, Guilherme. Mapa da Violência coloca Brasil entre os quatro países com maiores taxas de homicídio de jovens. **Agência Brasil**. Brasília e Rio de Janeiro, 18 de julho de 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-07-18/mapa-da-violencia-coloca-brasil-entre-os-quatro-paises-com-maiores-taxas-de-homicidio-de-jovens>>. Acesso em 18 de novembro de 2012.

CRONOLOGIA da candidatura do Brasil à Copa do Mundo de 2014. **Zero Hora**. Porto Alegre, 30 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2007/10/cronologia-da-candidatura-do-brasil-a-copa-do-mundo-de-2014-1662987.html>>. Acesso em 23 de março de 2012.

CURITIBA, Paraná, Brasil. Secretaria de Estado da Educação. **Educação Física – Ensino Médio** / vários autores. Curitiba: SEED – PR, 2006.

DEZ pessoas morrem em três dias seguidos de tiroteios na Penha. **Portal de Notícias - G1**, Rio de Janeiro. 17 de abril de 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL414405-5606,00-DEZ+PESSOAS+MORREM+EM+TRES+DIAS+SEGUIDOS+DE+TIROTEIOS+NA+PENHA.html>>. Acesso em 15 de setembro de 2012.

EDITORIAL - Duas frentes de genocídio, um mesmo combate. **A Nova Democracia**, n.º. 38, [s.l.] Dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-38/96-editorial-duas-frentes-de-genocidio-um-mesmo-combate>>. Acesso em 16 de novembro de 2012.

ESPORTE. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e amp. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA). **Inspection Report for the 2014 FIFA World Cup tm: Brazil Bid**. [s.l.] 2007. Disponível em: <<http://www.fifa.com/mm/document/affederation/mission/fwc2014%5fbrazil%5fbid%5finspection%5freport%5fen%5f24491.pdf>> Acesso em 28 de outubro de 2012.

FRANCISCO NETO, José. Manifestação questiona remoções causadas pela Copa do Mundo. **Brasil de Fato**. São Paulo, 29 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11251>>. Acesso em 17 de novembro de 2012.

FREIRE, Aluizio. Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro. **Portal de notícias - G1**. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>>. Acesso em 06 de dezembro de 2012.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. 1. ed. atual. Porto Alegre: LP&M, 2010.

GOVERNO da República Federativa do Brasil. **Documento de comprometimento do Governo para com as exigências da FIFA para realização da Copa do Mundo de 2014**. Brasília, 15 de junho de 2007. Disponível em: <<http://fernandomanica.com.br/wp-content/uploads/2012/04/Contrato-Copa-do-Mundo.pdf>>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cadernos do cárcere**, volume 3, 5. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal. 1978.

HOBSBAWM, Eric. Copa do Mundo e suas paixões, no olhar de Eric Hobsbawm. **Carta Maior**, 23 de junho de 2006. Entrevista concedida a Verena Glass. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11507>. Acesso em 14 de dezembro de 2012.

KONCHINSKI, Vinicius. Coordenador de segurança da Rio-2016 desviou R\$ 18 mi no Pan-2007, diz Ministério Público. **UOL Olimpíadas**. São Paulo, 13 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2012/01/13/coodenador-de-seguranca-do-rio-2016-desviou-r-18-mi-no-pan-2007-diz-ministerio-publico.htm>>. Acesso em 18 de outubro de 2012.

LENIN, Vladimir. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. 3. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LIMA, Marcos Epifânio Barbosa; NETO, Mário Soares. **Materialismo Histórico Dialético - Para quê?**. Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/textos/647.htm> Acesso em 26 de novembro de 2012.

LULA institui Grupo de Trabalho para a candidatura do Brasil em 2014. **Esporte Candango**. 07 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.esportecandango.com.br/site/index.php?view=article&catid=31%3Asele-brasileira&id=2486%3Alula-institui-grupo-de-trabalho-para-a-candidatura-do-brasil-em-2014&format=pdf&option=com_content&Itemid=132>. Acesso em 25 de julho de 2012.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Concessão do Maracanã devolverá ao estado menos de 30% do que foi investido na reforma. **O Globo**. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/concessao-do-maracana>>

devolvera-ao-estado-menos-de-30-do-que-foi-investido-na-reforma-6474925#ixzz2FlatwvTA>. Acesso em 06 de dezembro de 2012.

MARRA, Lívia. Sobe para 18 o número de mortos em onda de violência no Rio. **Folha on-line**, Cotidiano, Rio de Janeiro. 28 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u129844.shtml>>. Acesso em 03 de agosto de 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1. ed. rev. – São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARENHAS, Gilmar. Globalização e espetáculo: o Brasil dos megaeventos esportivos. In: DEL PRIORE, Mary; DE MELO, Victor Andrade (Org.). **História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. Capítulo 17, p. 505-533. Editora Unesp, 2009.

MONTEIRO, Marcelo. Pela quarta vez, Brasil tenta receber os Jogos Olímpicos. **Globo Esporte.com** – Blog Memória E. C., [s.l.] 30 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/platb/memoriaec/2009/09/30/pela-quarta-vez-brasil-tenta-receber-os-jogos-olimpicos/>>. Acesso em 06 de dezembro de 2012.

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: A Contribuição Teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

NOZAKI, Hajime Takeuchi; PENNA, Adriana Machado. O novo papel do Esporte no contexto da ofensiva imperialista recolonizadora. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 9, n.º. 16, p. 201-218, 2.º. semestre 2007.

NUZMAN destaca chancela do COI: a cidade do Rio é viável para a realização dos Jogos Olímpicos. **Notícias Rio 2016 tm**. [s.l.] Disponível em: <<http://www.rio2016.org/noticias/noticias/nuzman-destaca-chancela-do-coi-a-cidade-do-rio-e-viavel-para-a-realizacao-dos-jogo>>. Acesso em 06 de agosto de 2012.

OHATA, Eduardo; FERRARI, Luís; MATTOS, Rodrigo. COI não vê Rio-2016 melhor em nada. **Folha de São Paulo** – Esporte, São Paulo, 05 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0506200827.htm>>. Acesso em 29 de julho de 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório da Força Tarefa entre agências das nações unidas sobre o esporte para o desenvolvimento e a paz: em direção às metas desenvolvimento do milênio**. [s.l.] 2003. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/esporteParaDesenvolvimentoPaz.pdf>>. Acesso em 15 de setembro de 2012.

PARA governo, dengue cresce no Rio por falta de agentes. **Portal de Notícias - G1** – Agência Estado. Rio de Janeiro, 19 de março de 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL356301-5598,00-PARA+GOVERNO+DENGUE+CRESCER+NO+RIO+POR+FALTA+DE+AGENTES.html>>. Acesso em 27 de novembro de 2012.

PARANÁ, Governo do Estado. Secretaria de Educação. **Escolha do País-Sede e do Mascote.** [s.l.] 2010. Disponível em: <<http://www.educacaofisica.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=305>>. Acesso em 03 de agosto de 2012.

PARRY, Jim. Hegemony and Sport. In: MORGAN, William J.; MEIER, Klaus V. (eds.) **Philosophic Inquiry in Sport.** Champaign: Human Kinetics, p. 431-442, 1988.

PENNA, Adriana Machado. **Esporte contemporâneo: um novo templo do capital monopolista.** 2011. 172f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

PERGUNTAS frequentes. **Rio 2016 tm.** [s.l.] (20??). Disponível em: <<http://www.rio2016.com/comite-organizador/perguntas-frequentes>>. Acesso em 28 de novembro de 2012.

PINHEIRO, Daniela. A Copa do Cabo ao Rio. **Revista Piauí**, São Paulo, Edição 44, p. 42-55, maio, 2010. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-44/questoes-economico-ludopedicas/a-copa-do-cabo-ao-rio>>. Acesso em 24 de maio de 2012.

PRESIDENTE da comissão Rio 2016 comemora escolha do Brasil como sede da copa de 2014. **Notícias, Rio 2016 tm.** [s.l.] 21 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.rio2016.org/noticias/noticias/presidente-da-comissao-rio-2016-comemora-escolha-do-brasil-como-sede-da-copa-de-20>>. Acesso em 6 de agosto de 2012.

RIO de Janeiro é sede dos Jogos Pan-Americanos. **Linha do Tempo - Brasil**, [s.l.] 2007. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/linhadotempo/epocas/2007/rio-de-janeiro-e-sede-dos-jogos-pan-americanos>. Acesso em 10 de dezembro de 2012.

RIO tem a pior nota entre as cidades finalistas para os jogos de 2016. **Globo Esporte.com**, [s.l.] 04 de junho de 2008. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/Esportes/Pequim2008/Noticias/0,,MUL589410-9823,00-RIO+DE+JANEIRO+TEM+A+PIOR+NOTA+ENTRE+AS+CIDADES+FINALISTAS+PARA+OS+JOGOS+DE.html>>. Acesso em 05 de julho de 2012.

SALLES, Marcelo. A chacina do Complexo do Alemão. **A Nova Democracia.** Rio de Janeiro, n°. 36, agosto de 2007 a. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-36/256-a-chacina-do-complexo-do-alemao>>. Acesso em 27 de novembro de 2012.

SALLES, Marcelo. Continua o cerco às favelas. **A Nova Democracia.** Rio de Janeiro, n°. 38, dezembro de 2007b. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-38/93-continua-o-cerco-as-favelas>>. Acesso em 27 de novembro de 2012.

SANTOS, Emerson Cláudio Nascimento dos. Muito além da UPP: a limpeza étnica em torno dos enclaves fortificados dos ricos. In: **União Campo, Cidade e Floresta**. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://uniaocampocidadeefloresta.wordpress.com/2011/01/27/muito-alem-da-upp-a-limpeza-etnica-em-torno-dos-enclaves-fortificados-dos-ricos/>>. Acesso em 14 de novembro de 2012.

SEM surpresas, FIFA anuncia sedes de 2014. **Folha Online** – Esporte. [s.l.], 31 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u574234.shtml>>. Acesso em 17 de outubro de 2012.

SOARES, Carmem. **Imagens da educação no corpo: estudos a partir da ginástica francesa no século XIX**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SOUZA, Maristela da Silva. **Esporte Escolar: possibilidade superadora no plano da cultura corporal**. São Paulo: Ícone, 2009.

THUSWOHL, Maurício. Denúncias de irregularidades no mais caro Pan da história. **Carta Maior**. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2007 a. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14592>. Acesso em 11 de novembro de 2012.

THUSWOHL, Maurício. Cesar Maia consegue evitar CPI do Pan mais uma vez. **Carta Maior**. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2007b. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14729>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.